



**FÓRUM LEGISLATIVO DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
SUSTENTADO**

*Reflexões e Perspectivas  
para o Desenvolvimento Paulista*

**São Paulo (Estado). Assembléia Legislativa. Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico e Sustentado: reflexões e perspectivas para o desenvolvimento paulista. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.**

**Publicação realizada no contexto do convênio da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo com o Núcleo Interno de Economia Social Urbano e Regional- NESUR/UNICAMP e a Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM, sob coordenação do Instituto Legislativo Paulista.**

**1.- Índice de Responsabilidade Social 2. - Economia  
3.- Desenvolvimento econômico 4. - Indústria paulista I. Título.**

**CDU: 330.34(815.6)**

# ***Reflexões e Perspectivas para o Desenvolvimento Paulista***

*Análise de dados e observações coletadas nas reuniões  
regionais do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Sustentado  
do Estado de São Paulo*



## Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

**Deputado Sidney Beraldo**

*Presidente*

**Deputado Emidio de Souza**

*1º Secretário*

**Deputado Caldini Crespo**

*2º Secretário*

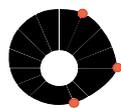


**CEPAM**

**Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal  
Cepam – Fundação Prefeito Faria Lima**

**Silvio França Torres**

*Presidente*



**Unicamp**

**Núcleo Interno de Economia Social Urbano e Regional - NESUR**

**Rinaldo Barcia Fonseca**

*Coordenador*

*São Paulo, março de 2004*

## Sumário

Apresentação .....	7
Introdução .....	9
PARTE 1	
<b>REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL PAULISTA</b>	
<b>Capítulo 1</b>	
Desenvolvimento econômico sustentado e desenvolvimento regional .....	13
<b>Capítulo 2</b>	
Características das atividades econômicas e sua distribuição no território paulista .....	17
<b>Capítulo 3</b>	
Tendências da distribuição da atividade econômica no território paulista .....	25
<b>Capítulo 4</b>	
Ambiente institucional .....	37
<b>Capítulo 5</b>	
Observações sobre o Índice Paulista de Responsabilidade Social .....	41
PARTE 2	
<b>RETROSPECTIVA DAS REUNIÕES REGIONAIS</b>	
<b>Capítulo 1</b>	
Panorama das 17 reuniões regionais .....	49
<b>Capítulo 2</b>	
Demandas regionais e perspectivas de trabalho para 2004 .....	53
<b>Anexo 1</b>	
Demandas organizadas por Comissões Temáticas .....	55
<b>Anexo 2</b>	
Gráficos – Potencial de Desenvolvimento por área de atividade .....	69
Resolução 831/2003 que institui o Fórum Legislativo de Desenvolvimento Sustentado do Estado de São Paulo .....	77
Entidades que compõem o Conselho Consultivo do Fórum .....	86



## Um Fórum para construir o crescimento

Ao aprovar a criação do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado, em caráter permanente, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo abriu um caminho para tornar ainda mais próxima sua relação com os movimentos sociais e setores produtivos da nossa sociedade.

Representantes de todas as 15 macro-regiões do Estado foram ouvidos em 17 reuniões, das quais participaram inúmeros deputados da Assembléia. Muitos deputados, acostumados a conviver principalmente com necessidades das suas respectivas regiões, puderam ter uma visão mais abrangente das carências e potencialidades de nosso Estado.

Pelo menos três temas surgiram em todas as reuniões: a educação, com foco para o ensino universitário e profissionalizante, geração de emprego com respeito ao meio ambiente e à pessoa humana, e infra-estrutura, com destaque para rodovias, estradas vicinais, ferrovias e hidrovias.

Algumas dessas demandas, aliás, já foram contempladas na discussão do PPA (Plano Plurianual) do Estado, aprovado no final de 2003 pela Assembléia Legislativa.

Novos investimentos em obras de infra-estrutura e serviços também poderão ser realizados com a implantação das parcerias discutidas nas diversas regiões, entre elas o projeto da PPP (Parceria Público Privada), que está em discussão nos legislativos estadual e federal.

Todas as informações colhidas pelos deputados estaduais nas regiões foram enviadas para as respectivas Comissões Temáticas da Assembléia Legislativa. E o Conselho Deliberativo do Fórum, ouvido o Conselho Consultivo, discutirá com as Comissões a melhor forma de tratá-las e de torná-las eficazes.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo vem assim cumprindo o seu papel de ampliar os seus ouvidos, corações e mentes para a sociedade, de maneira a se tornar cada vez mais transparente e acessível. Esse debate deve ser contínuo, com participação crescente dos municípios, que, entre outros instrumentos, poderão criar e fortalecer Agências de Desenvolvimento, na busca de soluções para necessidades regionais.

Com o Fórum, a Assembléia amplia as possibilidades de qualquer cidadão, que queira acompanhar as suas atividades, ter acesso à atuação de seus deputados e à informação que lhe interessa, a exemplo do sítio [www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br).

Em 2004, a Assembléia Legislativa, através do levantamento preparado pela Fundação Seade, também apresentará a terceira edição do IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social). Assim, mostrará uma radiografia atualizada dos 645 municípios do nosso Estado, mostrando a evolução da escolaridade, da saúde e do nível de renda da população de cada cidade. Com isso também é possível avaliar a eficácia das políticas públicas, das ações do Estado e municípios. Muitas dessas políticas passam pelo crivo da nossa Assembléia.

Essa atenção ao município precisa ser cada vez mais reforçada, já que é nas cidades que as pessoas moram, trabalham e constroem sua família, sua vida. Devemos aqui deixar bem clara a nossa disposição de aperfeiçoar o modelo tributário brasileiro que ao longo do tempo tem se revelado um entrave ao desenvolvimento econômico e à distribuição de renda.

A Assembléia Legislativa de São Paulo quer compartilhar a sua experiência com a realização do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado. Quer também ampliar a discussão sobre formas de retomar o crescimento econômico, sem o qual não há geração de emprego, renda e riqueza.

Estamos convencidos de que o Brasil, em um ambiente de ampla democracia e estabilidade econômica, com inflação baixa, tem tudo para retomar os trilhos do crescimento. Aos gestores públicos cabe justamente ajudar a encontrar esse caminho.

**Sidney Beraldo**, *presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo*

**Emidio de Souza**, *primeiro secretário*

**José Caldini Crespo**, *segundo secretário*

## Legislativo e Sociedade discutem o desenvolvimento de São Paulo

A presente publicação tem como objetivo apresentar os resultados da primeira fase de atividades do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado, criado em setembro de 2003 pela Resolução 831/03, da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Este órgão, de caráter permanente, reúne parlamentares e representantes da sociedade civil para discutir propostas para o desenvolvimento econômico do Estado.

Em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM) – Fundação Prefeito Faria Lima, o Fórum realizou, no período de 19 de setembro a 01 de dezembro de 2003, um total de 17 reuniões, nas cidades sedes das regiões Administrativas do Estado, com exceção de São Paulo, onde ocorreram três reuniões (Capital, Osasco e São Bernardo do Campo), em razão de sua complexidade.

Participaram das reuniões, aproximadamente 3.200 pessoas dos mais diversos segmentos sociais, mobilizados pela sociedade civil organizada e lideranças regionais, que buscaram identificar e atrair, especialmente, os grupos de arranjos produtivos locais, pelo seu papel singular no desenvolvimento econômico do Estado.

O Fórum reuniu vários setores da sociedade: a classe política; instituições municipais, estaduais e federais; entidades de classe; sindicatos patronais e de trabalhadores; cooperativas; agências regionais de desenvolvimento; universidades, institutos de pesquisa e colégios técnicos; órgãos de comunicação; associações comerciais; representantes de organizações de arranjos produtivos e organizações não governamentais.

Nestas reuniões foram discutidas as propostas apresentadas pelo governo no Plano Plurianual 2004/2007; foi divulgado, às diversas regiões do Estado, o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) –, elaborado pela Fundação SEADE, e coletadas as demandas regionais para o desenvolvimento econômico. O Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR), da Universidade de Campinas (UNICAMP), apresentou os diagnósticos de cada região no que se refere ao IPRS, coletou e analisou as demandas apresentadas pelos representantes dos vários segmentos da sociedade, o que resultou na primeira parte desta publicação.

O documento traz uma breve apresentação das idéias de desenvolvimento econômico sustentado e desenvolvimento regional e propõe a discussão das características e da distribuição das atividades econômicas no território paulista. Através da discussão dessas tendências procura-se lançar alguma luz sobre a direção e o alcance da influência de alguns fatores sobre o processo de concentração e desconcentração da atividade econômica no Estado de São Paulo. Esta parte encerra-se com a discussão de alguns aspectos envolvidos na relação entre o desenvolvimento regional e a institucionalidade.

Para concluir a primeira parte, são feitas considerações sobre o IPRS, comentários e observações críticas levantadas nas reuniões regionais e, ainda, um exercício de comparação entre as taxas de crescimento da população, as quotas-partes do ICMS e o IPRS dos municípios paulistas, de forma a mostrar que o aumento de recursos financeiros não necessariamente assegura a obtenção de melhorias nos indicadores sociais. Esta constatação nos leva a considerar a possibilidade de revisão dos critérios de repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incorporando como critério adicional a performance dos municípios nas políticas sociais, medida por meio do IPRS.

Na segunda parte é feita uma breve retrospectiva das reuniões regionais; delineados os próximos passos do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado e listada a relação das demandas apresentadas – organizadas por assunto correspondente a cada Comissão Permanente da Assembléia Legislativa e os gráficos resultantes da tabulação de perguntas feitas nos questionário respondidos pelos participantes das reuniões regionais do Fórum.

**Antonio Carlos Gonçalves de Oliveira**, *Coordenador da Secretaria Executiva do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado*

PARTE 1

---

***REFLEXÕES SOBRE O  
FUTURO DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO REGIONAL PAULISTA***



## CAPÍTULO 1

# Desenvolvimento econômico sustentado e desenvolvimento regional

A noção e o conceito de desenvolvimento de um país ou de uma região estão ligados à evolução das diferentes dimensões que determinam as condições de vida das pessoas que habitam este espaço geográfico. Assim, pode-se falar de desenvolvimento econômico, social, político, tecnológico, ambiental, etc. E, é claro, pode-se ter bom ou razoável desenvolvimento em uma dimensão (econômica, por exemplo) e péssimo em outra (social, por exemplo). Muitas vezes o aumento da riqueza material não se traduz em melhorias sociais para o conjunto de sua população.

O que distingue o nível de desenvolvimento e proporciona a diferença essencial em dado país ou região é a sua cultura, seu contexto social, político e institucional. O que conta é sua capacidade de mobilizar ativos, capacitações e vantagens diferenciais. É por isso que, na atualidade, se resgatam cada vez mais as visões dos grandes pensadores sociais que sempre viram este processo multifacetado de transformação estrutural – que é o desenvolvimento – como um ato que envolve vontade e eleição de prioridades. Resulta de variadas e complexas interações sociais para se ampliar o raio de liberdade, para se tomar decisões mais autônomas. Assim, o conceito sempre envolveu o (des)envolvimento ou o auto-desenvolvimento, isto é, só pode se falar em um verdadeiro processo de desenvolvimento se há crescimento da autonomia e autodeterminação de determinado povo e território, se há o alargamento dos horizontes de possibilidades ou do leque de opções, realização de potencialidades e satisfação de suas necessidades.

Mas não basta que se processe esse aumento de espaço para a tomada de decisões estratégicas com vontade política. É fundamental que se construa uma trajetória sustenta-

da de crescimento inclusivo. Isto é, o desenvolvimento deve ser durável, sustentado. Deve abrir perspectivas duradouras e de longo prazo, ir muito além de surtos localizados de crescimento, que atingem poucos setores, regiões ou pessoas. Não pode, por outro lado, marginalizar parcelas da população, do território e da economia dos benefícios de sua transformação estrutural. É neste sentido que se busca promover o desenvolvimento sustentado e inclusivo, com redução da vulnerabilidade econômica, social e ambiental.

Na busca do desenvolvimento sustentado e inclusivo, existe hoje, em todo o mundo, grande consenso de que este deve ser promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica etc.) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global etc.). Na verdade, todos afirmam que o território se tornou o locus privilegiado para as ações desenvolvimentistas.

As políticas de desenvolvimento devem agir sobre a totalidade do tecido sócio-produtivo, pensar o conjunto territorial como um todo, promovendo ações concertadas em determinado espaço geográfico, buscando reduzir disparidades inter-regionais, combatendo o fosso entre as regiões e ampliando a autodeterminação daquela comunidade.

Toda região vive o dilema entre duas estratégias: promover políticas "solidárias"/redistributivas ou políticas "auto-centradas"/endógenas. Ou seja, o dilema consiste em posicionar-se frente à questão: como reduzir desigualdades regionais e aumentar a competitividade das regiões?

Esquemáticamente, poderia se listar os principais dilemas do Desenvolvimento Regional Sustentado como as opções:

Auto-centrado/endógeno	Solidário/redistributivo
Eficiência	Equidade
Aglomeração Territorial	Dispersão/Desconcentração Territorial
Especialização Produtiva	Diversificação Produtiva
Crescer	Redistribuir
Riqueza	Qualidade de Vida

Como conciliar vias estratégicas, aparentemente antagônicas é o grande desafio das políticas de desenvolvimento contemporâneas. Algumas experiências parecem confirmar as amplas possibilidades de manejo destas trajetórias que aparentemente seriam contraditórias. O empreendimento da política de desenvolvimento da Comunidade Européia merece destaque neste contexto.

Em todo o mundo estão sendo implementadas políticas de desenvolvimento em âmbito regional. Há amplas possibilidades de que uma região possa buscar seu desenvolvimento de forma endógena, ou seja, de que um conjunto de municípios se aproprie de ganhos de escala, de "economias de proximidade", explorando melhor as externalidades positivas existentes em determinado ambiente sócio-territorial. Por outro lado, há a necessidade de promover ações redistributivas e compensatórias, sobretudo em áreas em retardo, declínio ou estagnação e com necessidade de reconversão produtiva.

Também os desafios do combate ao desemprego, da geração de renda, da redução das vulnerabilidades e dos riscos de ampla parcela da população, a promoção de políticas sociais etc., vêm sendo implementadas segundo estratégias de planejamento regional. Por isso, a busca do desenvolvimento sustentado e inclusivo se dá, cada vez mais, em âmbito territorial/regional.

Para tanto, torna-se cada vez mais decisivo dispor de eficientes bancos de dados, procurando combater as insuficiências quantitativa e qualitativa de informações regionalizadas para se promover o desenvolvimento.

O empreendimento da Comunidade Européia, no sentido de revalorização da escala regional, levou à criação da visão estratégica de uma "Europa das Regiões". Procura-se, neste contexto, reconstruir permanentemente o federalismo enquanto pacto territorial do poder para não aumentar o hiato entre as regiões e buscar-se a convergência de renda e riqueza entre elas.

A lista dos objetivos da política regional européia é elucidativa dos desafios postos: promover o desenvolvimento de regiões em atraso; reconverter regiões em declínio; facilitar o ajuste estrutural de áreas rurais; promover áreas com baixa densidade populacional; combater o desemprego.

Os *princípios* também podem sugerir importantes lições para nossas políticas de desenvolvimento: *subsidiariedade* para que se procure esgotar em um nível menor as possibilidades de intervenção da política pública (ou seja, a instância superior age apenas se a inferior foi incapaz para alcançar aquele objetivo); *concentração* para evitar sobreposição de mecanismos e descoordenação de estratégias; *adicionalidade* para que os recursos à disposição de uma região possam receber uma adição ou contrapartida local; *programação* para organizar ações plurianuais; *cooperação* para que haja articulação entre instituições e governos.

A política européia ensina que é fundamental a questão da qualidade da regionalização estabelecida para se implementar políticas eficazes de desenvolvimento regional.

Esta experiência distingue vários níveis de desagregação, algumas aproveitando as subdivisões já existentes. A preocupação com a quantidade e a qualidade das estatísticas para cada um destes níveis de desagregação é uma constante. Até porque as ações sobre as regiões alvos da política têm por base a qualidade dos dados, das informações e dos indicadores construídos. Há, da mesma forma, enorme preocupação com qual escala geográfica e quais níveis de governo e de poder são os mais adequados para a ação que se pretende estabelecer.

A construção de competitividade sistêmica e sustentada exige elevado grau de combate às iniquidades sociais. Sem educação de qualidade, mão-de-obra qualificada, população sadia, meio ambiente não degradado, mercado exigente, relações mais cooperativas de trabalho etc., é difícil se falar de verdadeiro desenvolvimento com sólida e duradoura competitividade.

Externalidades negativas como insegurança, degradação ambiental, pobreza, violência etc., são fatores que inibem o desenvolvimento. Os efeitos adversos do progresso devem ser combatidos nas áreas modernas, mais dinâmicas. Por sua vez, regiões deprimidas devem ser ativadas. Forças negativas presentes em determinado lugar podem expelir investimentos e manter degenerada aquela porção territorial.

Tais "deseconomias" e desvantagens não se apresentam apenas nas regiões mais pobres. Justamente nas áreas metropolitanas concentram-se essas forças negativas que ameaçam suas potencialidades. A promoção da cidadania e a construção da competitividade devem ser ações concomitantes, devendo coexistir em políticas públicas inclusivas e sustentadas.

Políticas compensatórias, focalizadas, universais e outras, devem agir para conter as ameaças que podem destruir oportunidades. Pobreza, sobretudo em sua forma mais complexa, a metropolizada, formas ilegais de ocupação de áreas de risco, assentamentos humanos em áreas de preservação e sensíveis ambientalmente, a falta de segurança, são fatores inibidores do desenvolvimento.

## CAPÍTULO 2

# Características das atividades econômicas e sua distribuição no território paulista

Com uma população de 37 milhões de habitantes, correspondente a 22% da população brasileira, e concentrando 34% do PIB nacional, São Paulo é a unidade da federação mais desenvolvida do país. Contando com uma complexa rede de infra-estrutura, com economia dinâmica e diversificada, São Paulo reafirma a cada dia, sua histórica vocação de principal pólo da América do Sul.

O Estado vem sofisticando seu aparelho produtivo e transformando a distribuição de atividades econômicas pelo seu território. Este processo tem gerado resultados que, por vezes, contradizem algumas impressões presentes no debate sobre o desenvolvimento regional e urbano brasileiro. Por exemplo, não há nenhuma indicação de desindustrialização da metrópole paulista. Pelo contrário, a perda relativa de participação na produção industrial do Estado está restrita basicamente à capital, que, sem dúvida, tem ampliado suas feições de cidade terciária. Esta é uma especificidade da economia brasileira, pois aqui o centro financeiro e terciário de maior importância continua respondendo também pela maior fatia da produção industrial, sem apresentar sinais de obsolescência em seu parque produtivo.

Isoladamente, o município de São Paulo permanece como o local com maior concentração industrial do país, mesmo com a marcante redistribuição de atividades econômicas ocorrida nas últimas décadas. A produção industrial na capital supera a de qualquer Estado da federação, exceto, claro, o próprio Estado de São Paulo. Se fosse um Estado, o município de São Paulo seria o segundo maior produtor industrial. Sua produção industrial

(11,6% do total nacional) é superior à soma da produção conjunta dos 16 Estados das regiões Norte e Nordeste, que alcançava 10,4% da produção nacional em 1998.

Historicamente, a maior metrópole sul-americana desenvolveu o que se poderia chamar de núcleo duro da industrialização brasileira, que depois transbordou para seu entorno mais imediato (complementar ao núcleo-sede) alguns segmentos industriais mais modernos. Assim formou-se o que se convencionou chamar de Complexo Metropolitano Expandido (CME)<sup>1</sup>, que concentra em seus 42 mil km<sup>2</sup>, ou seja, em apenas 17% do território, mais de 26 milhões de habitantes, isto é, cerca de 70% da população estadual e mais de 15% do total do Brasil. Concentra também grande parte da riqueza produtiva estadual e nacional: 79,3% do PIB estadual e 27% do PIB nacional.

Esta restrita porção do território paulista (CME) centraliza as altas complementariedades da economia brasileira: funcional, econômica, logística e de informação e conhecimento. Há maior homogeneidade e articulação entre atividades primárias, secundárias e terciárias, e aí estão os setores mais tecnificados e dinâmicos. Dotada de elevada densidade econômica, portadora dos segmentos industriais mais complexos (material eletro-eletrônico, farmacêutico, química, mecânica, material de transporte, indústria aeronáutica) e detentora do comando da performance industrial nacional, o CME conta, ainda, com os serviços mais especializados e de maior sofisticação. É interessante lembrar que as grandes empresas industriais e de serviços continuam mantendo na cidade de São Paulo os seus principais centros corporativos estratégicos.

O crescimento da indústria em outros Estados tem levado à diminuição do peso da indústria paulista no valor agregado industrial brasileiro. No entanto, o Estado de São Paulo continua concentrando os setores industriais ligados à produção de bens de maior valor agregado e conteúdo tecnológico. A indústria é, sem dúvida, o motor da economia paulista, gerando demanda para os serviços e para boa parte da atividade agropecuária.

Em termos nacionais, o Estado abriga cerca de 2/3, ou mais, da produção dos seguintes setores industriais: máquinas e ferramentas; fabricação de material elétrico para veículos; fabricação de fios, cabos e condutores elétricos; aparelhos e equipamentos de telefonia, televisão e rádio; material eletrônico básico; instrumentos de precisão; equipamentos para automação industrial; fabricação de automóveis e de peças e acessórios para veículos e indústria aeronáutica.

Nos últimos anos, o que revelou-se em certa medida surpreendente foi a constatação do fato de o Estado ter também aumentado ainda mais a sua participação nos seg-

<sup>1</sup> O CME é o território constituído pela RMSP, seu entorno imediato e as regiões de Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba e Baixada Santista.

mentos mais complexos dos setores industriais considerados tradicionais e, a princípio, mais suscetíveis à instalação em outras partes do território nacional: conservas (66,2%), fabricação e refino de açúcar (54,5%), torrefação e moagem de café (60,3%), fabricação de tecidos e artigos de malha (68,3%).

Internamente ao Estado, nas últimas décadas, vem ocorrendo grande redistribuição das atividades econômicas em seu espaço. Sobretudo o município da capital perde participação. Os demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) perdem em menor proporção, enquanto o interior ganha participação no total da indústria de transformação paulista<sup>2</sup>. É bom advertir que parcela importante das empresas que deixam a cidade de São Paulo vai para municípios que estão dentro do CME.

**Distribuição regional da Indústria de Transformação do Estado de São Paulo:  
1985-1998 (em %)**

<b>Regiões</b>	<b>1985</b>	<b>1998</b>
Estado de São Paulo	100,0	100,0
RMSP	56,3	50,8
Capital	28,9	22,7
RMSP exclusive Capital	27,2	28,1
Interior	43,7	49,2

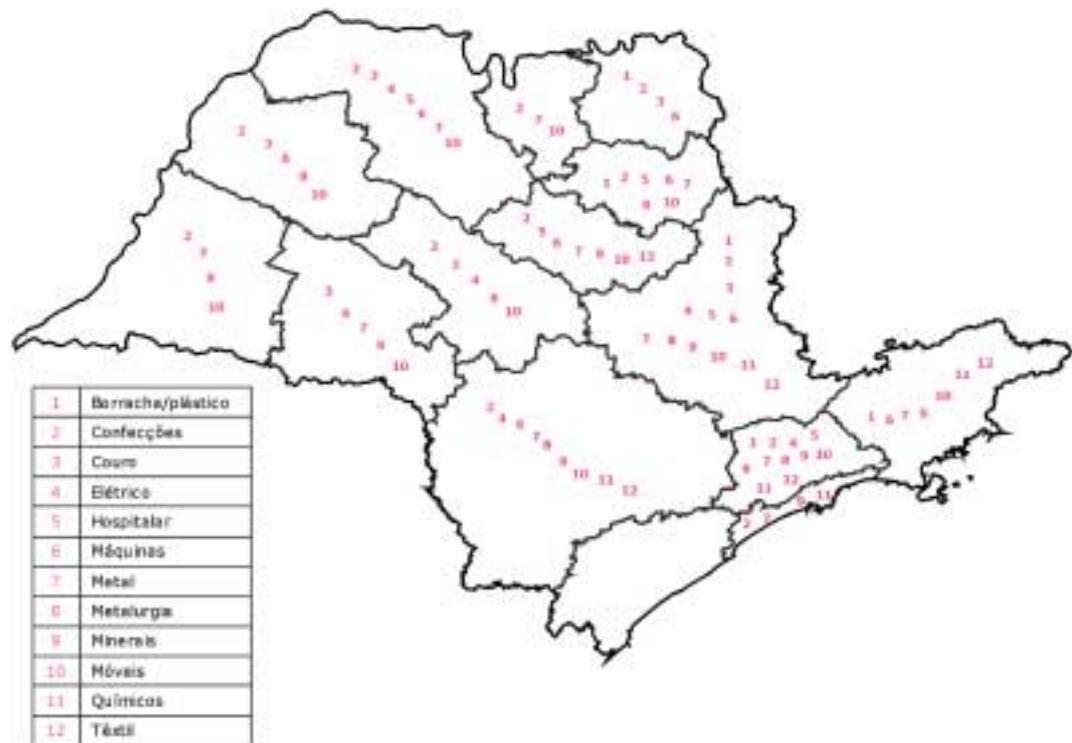
Na conformação do tecido industrial paulista cabe destacar a presença, em todas as regiões do estado<sup>3</sup>, de inúmeras aglomerações de unidades produtivas, de diversos setores industriais, em sua maioria os tradicionais, que têm recebido diversas denominações, tais como arranjos produtivos locais, clusters, sistemas localizados de produção etc.

Essas aglomerações geográficas e setoriais de produção desenvolveram, em várias regiões do Estado, atividades econômicas que seguem uma certa lógica comum e compartilham uma série de vantagens competitivas advindas da cooperação entre os agentes locais, fruto das sinergias e eficiências coletivas proporcionadas pela confiança e identida-

<sup>2</sup> Se tomarmos o Valor Adicionado Fiscal das regiões que não a RMSP, sua participação aumentou de 35,9% em 1980 para 58,8% em 2000.

de sócio-cultural presentes em determinado ambiente de negócios. Seguindo qualquer das várias tipologias existentes para identificar estas aglomerações produtivas, pode-se constatar a presença de arranjos produtivos maduros, consolidados como os de calçados de Franca, Jaú e Birigüi, de outros que poderiam ser rotulados de "em estruturação", como o de jóias de São José do Rio Preto e de outros, ainda, que poderíamos chamar de "em consolidação", como o de semi-jóias de Limeira. O cartograma apresentado a seguir exhibe um panorama da ocorrência de arranjos produtivos locais de alguns setores produtivos no estado de São Paulo<sup>4</sup>.

### Principais Arranjos Produtivos Locais por Regiões Administrativas



<sup>3&4</sup> O cartograma foi elaborado a partir dos resultados de uma recente pesquisa realizada pelo Instituto de Economia da Unicamp. A pesquisa procurou identificar aglomerações produtivas somente nos 12 setores mostrados no cartograma. Assim, vários setores produtivos não foram objeto de análise. Dentre os setores ausentes, cabe destacar a indústria de alimentos, que apresenta importantes aglomerações localizadas. Por outro lado, a pesquisa considerou somente estabelecimentos com mais de 30 empregados, eventualmente excluindo, portanto, aglomerações formadas por empresas de porte inferior a este limiar.

Apesar das características de modernidade da indústria paulista, comentadas acima, a estrutura setorial da indústria de transformação no Estado de São Paulo apresenta ainda um desenvolvimento relativamente limitado das indústrias de alta tecnologia, em particular as que se referem aos setores produtores de equipamentos e componentes microeletrônicos. Somados, os setores que integram o complexo eletrônico-material eletrônico e equipamentos de telecomunicações, equipamentos médicos, de instrumentação e automação industrial e os de máquinas e equipamentos de escritório (bens de informática) alcançam pouco mais de 5% do valor adicionado da indústria de transformação paulista. Este valor é muito inferior à participação equivalente nos países industrializados.

Em linha com uma tendência comum às economias industrializadas, a partir da década de 80 a economia paulista apresentou tendência ao crescimento da participação dos serviços na atividade econômica, com correspondente redução do peso da indústria. Parte importante do crescimento da participação dos serviços deveu-se à relativa estagnação da atividade industrial. No entanto, o crescimento dos serviços também tem sido proporcionado pela maior demanda de serviços prestados às empresas industriais. Estas passaram a contratar externamente um conjunto de atividades que costumavam ser internalizadas e também ampliaram sua demanda por serviços técnicos, como decorrência de maior pressão competitiva. Como nas economias mais industrializadas, tem pesado o crescimento dos segmentos intensivos em informação e conhecimento: serviços de informática e software, comunicações, educação, saúde e serviços financeiros. Portanto, estratégias de desenvolvimento econômico devem levar em consideração indústria e serviços de forma integrada. O Estado de São Paulo concentra 70% do pessoal empregado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na indústria brasileira.

A existência de um sistema de Ciência e Tecnologia (C&T) desenvolvido é um elemento estrutural importante para a atração do investimento industrial, especialmente para as indústrias mais intensivas em conhecimento. Trata-se de infra-estrutura crítica, tanto em termos de produção de recursos humanos qualificados para a indústria, como em termos da construção de parcerias para a pesquisa e o atendimento da demanda de certos tipos de serviços tecnológicos.

No quadro brasileiro da C&T, São Paulo responde pela parcela mais expressiva, seja pelo critério dos insumos empregados em P&D, seja pela contabilização dos seus resultados. A relação gasto em P&D/Produto Interno Bruto – PIB, no Estado de São Paulo foi, em média, de 1%, no período de 1995 a 1998, ligeiramente superior ao indicador correspon-

dente para o país, que foi de 0,89, em 1999. O esforço paulista é equivalente ao de países com a Itália e a Espanha.

Essa concentração das atividades intensivas em conhecimento, reforçada pelo sistema de C&T paulista, constitui importante fator de atração do investimento industrial, especialmente para aquele tipo de investimento que tem maior necessidade de recursos humanos qualificados e serviços tecnológicos mais sofisticados: indústrias de alta e média-alta tecnologia (informática, telecomunicações e semi-condutores; farmacêutica e especialidades químicas; instrumentação e automação industrial; aeronáutica; automobilística; bens de capital mecânicos e elétricos.

Os novos serviços demandados pelas empresas estão concentrados na RMSP e, particularmente, no município de São Paulo. Além de concentrar mais de 90% da produção de serviços de informática, a RMSP detém a maior oferta de vários tipos de serviços e atividades intensivos em conhecimento, como os serviços de consultoria a empresas e serviços de engenharia. As empresas industriais, mesmo as que deslocaram parte de suas fábricas para outros Estados, continuam a concentrar na RMSP suas sedes e suas atividades de P&D.

Como já foi destacado, há enorme complexidade nas relações entre os setores primário, secundário e terciário na economia paulista. A exemplo do que ocorre em toda economia complexa e diversificada, como é o caso da economia paulista, o peso da produção agropecuária na produção total cai ao longo dos anos. Assim, a agropecuária responde, hoje, por pouco mais de 3% do PIB do Estado de São Paulo. Entretanto, se considerarmos o conjunto de atividades ligadas à agropecuária, que lhe fornece insumos e processa seus produtos - o que se tem denominado de agronegócio -, o quadro é bastante diferente. O agronegócio paulista responde por uma enorme fatia da economia estadual, com geração de riqueza da ordem de 1/3 do produto estadual, com efeitos multiplicadores diretos na renda e forte impacto na estrutura social.

Em nível nacional, São Paulo lidera esse setor econômico, tanto em termos da proporção da riqueza produzida como da produtividade. O destaque de São Paulo frente às outras regiões produtoras do país se explica por três fatores de grande relevância. Primeiro, São Paulo conta com o maior mercado consumidor nacional, concentrado num raio de cerca de 150 quilômetros da capital, definido como Complexo Metropolitano Expandido. Segundo, o estado conta com substancial capacitação na área de ciência e tecnologia, distribuída entre suas universidades e institutos de pesquisa. Terceiro, conta com a maior e melhor oferta de infra-estrutura do país, no qual se destaca um complexo e bem estruturado sistema de transportes (rodovias, ferrovias, transporte fluvial, portos).

O agronegócio paulista representa um terço do total brasileiro e constitui importante base para a exportação, principalmente de produtos que se caracterizam pela maior incorporação de valor. Os indicadores de progresso técnico o colocam dentro de padrões internacionais, como demonstra a liderança competitiva mundial em cadeias de produção relevantes como a da cana, a dos citros e a da pecuária.

A cana-de-açúcar para indústria é a principal atividade agropecuária paulista, seguida da pecuária de corte, da laranja, da avicultura (aves e ovos), do milho, do café, do leite e batata. Juntas, estas oito atividades representam quase 80% do valor da produção agropecuária do Estado. A cana-de-açúcar, o milho, a laranja, a soja e o café ocupam cerca de 86% da área de lavouras do Estado; a cana, isoladamente, ocupa quase 45% da área cultivada estadual. Entretanto, a diversificação de cultivos vem se ampliando. Nos últimos anos a área ocupada pelas vinte principais culturas no Estado foi reduzida em aproximadamente 15%, com outras culturas não tradicionais ocupando o espaço. Têm crescido, por exemplo, as áreas destinadas ao cultivo de frutas de mesa, flores, sorgo e girassol. Ampliou-se o cultivo em hidroponia e em plasticultura, formas intensivas de horticultura e de produção de espécies como o melão e a abóbora. Nas pastagens houve acentuada substituição de pastagens naturais por cultivadas.

As atividades agropecuárias, por sua natureza (relativa simplicidade tecnológica e menor exigência de capital) tendem a ser mais dispersas no território. Sua distribuição espacial é determinada, por um lado, pela disponibilidade e qualidade da terra e, por outro pela oferta de infra-estrutura, pelas distâncias e condições de acesso aos centros consumidores nacionais e aos pontos de escoamento da produção para o exterior.

No entanto, a agricultura comercial, moderna, altamente tecnificada tende a concentrar-se em regiões específicas, nas quais aquelas condições estão presentes com mais intensidade. No caso do estado de São Paulo observa-se que mais de 30% do valor da produção agropecuária estadual se concentra em três regiões: Centro Norte, Alta Mogiana e Centro Leste<sup>5</sup>. Estas três regiões concentram sua atividade agrícola na produção de cana e laranja e respondem, em conjunto, por mais da metade do volume da produção paulista destes dois produtos. Dentre os demais produtos mais importantes da agropecuária paulista (café, carne bovina, leite, milho, batata, ovos e carne de frango), café e batata tam-

---

<sup>5</sup> Estas são três das 15 regiões definidas pela APTA – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – como polos regionais de pesquisa. Seu desenho não coincide com o das Regiões Administrativas. O cartograma apresentado a seguir mostra as “regiões APTA” superpostas aos contornos das RAs.

bém apresentam elevada concentração regional da produção. No caso do café, três "regiões APTA" (Nordeste Paulista, Centro Oeste e Leste Paulista) respondem por mais de 70% do volume da produção. No caso da batata, duas regiões (Nordeste Paulista e Sudoeste Paulista) respondem por mais de 80% da produção. Nos outros produtos importantes, a produção é um pouco mais dispersa.

### Regiões APTA e Regiões Administrativas



## CAPÍTULO 3

# Tendências da distribuição da atividade econômica no território paulista

Nesta parte se procura explorar algumas tendências que devem ser levadas em conta para vislumbrar a possível marcha da ocupação econômica do território paulista. Antes de tudo, é crucial entender que tais tendências são bastante complexas e, por vezes, contraditórias. Há movimentos que se mostram discrepantes entre si, não permitindo deles deduzir apenas uma trajetória possível de evolução. Há, pode-se dizer, o enfrentamento de forças diversas, com potências diferenciadas. Embora algumas tendências pareçam mais claras que outras, é extremamente difícil realizar um balanço mais conclusivo desta coexistência de estímulos e inibições ao processo de desenvolvimento regional.

A análise aqui realizada não abarca todas as dimensões e tendências que poderão marcar o futuro do desenvolvimento paulista. Para isto seria necessária uma análise mais detida e exaustiva, objetivo que está fora do alcance do presente trabalho. Sobre isto é importante registrar que há, nesta área, um enorme vazio de conhecimento já que o último estudo abrangente e profundo sobre o desenvolvimento econômico regional de São Paulo foi realizado há mais de 10 anos<sup>6</sup>.

### *Tendências locacionais da indústria*

A ampla literatura internacional que discute o desenvolvimento regional apresenta as principais tendências determinadas pelo processo de globalização e pela reestrutura-

---

<sup>6</sup> O estudo foi desenvolvido pelo Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional, do Instituto de Economia da UNICAMP e publicado, em 1992, pela Secretaria de Planejamento e Gestão na coletânea "São Paulo no Limiar do Século XXI", composta por 8 volumes.

ção produtiva e organizacional das empresas para mostrar que a implantação dos setores líderes e mais dinâmicos da atividade econômica tendem, em todo o mundo, a se reconcentrar em áreas que já detenham vantagens comparativas construídas no passado e que apresentem ambiente propício para a manifestação da competitividade sistêmica.

As pesquisas revelam a clara tendência à reconcentração das plantas de maior conteúdo tecnológico e complexidade produtiva (máquinas-ferramenta, automação industrial, telecomunicações, informática, eletrônica, fármacos, biotecnologia) nas regiões mais desenvolvidas dos países. Como as principais transformações científicas, tecnológicas e inovacionais tendem a se concentrar nesse bloco de atividades produtivas, por onde mais se difundam as tecnologias de base eletrônica, provavelmente a densa rede de relações mercantis e não-mercantis existentes neste setor implicará, possivelmente, em maior concentração futura da atividade econômica, do emprego e da renda naqueles espaços geográficos nacionais que já apresentam maior dinamismo. Esse novo "bloco motriz" tende a ser exigente também em outras externalidades positivas, tais como presença de mão-de-obra especializada e existência de ambiente científico propício, condições que se encontram, geralmente, nas porções mais desenvolvidas do território nacional.

Isto é, tudo aponta para a existência de uma enorme rigidez e inércia locais. Há diversos fatores de atração de indústrias que não podem ser facilmente generalizados ou replicados em outras áreas. Ramos industriais tecnologicamente mais complexos, as empresas que mais se apropriam dos processos inovativos, a chamada indústria intensiva em conhecimento, dentre outras, tendem a se instalar ou expandir-se nas áreas mais industrializadas dos países. Por isto, em qualquer país, não é impossível, mas é muito difícil e certamente caro alterar a lógica de localização daqueles ramos industriais que compõem a chamada "nova indústria". É bom lembrar que nos períodos de lento crescimento, como os vividos atualmente pela economia mundial, aumenta a incerteza e a insegurança em implementar novos investimentos de porte. Também por isto as decisões locais tendem para a escolha de áreas já consolidadas, reforçando o processo de concentração da atividade industrial. Assim, há ingredientes de inércia local em razão do ambiente macroeconômico pouco propício a novos empreendimentos produtivos. Quando a economia cresce pouco, há forte tendência para se preservar a preferência pelas regiões dinâmicas, que oferecem ambiente de menor risco e incerteza para as aplicações de capital. Ao contrário, quando a economia cresce, as empresas se dispõem a explorar novas oportunidades (setoriais ou regionais) e se tornam mais propensas a assumir riscos em outras regiões, o que pode criar estímulos para a ação das forças desconcentradoras.

Em todo o mundo, indicam as pesquisas, continua a existir forte polarização nas áreas metropolitanas ou em cidades que são centro de regiões modernas, geralmente próximas das maiores metrópoles de cada país. A literatura tem denominado estas áreas de cidades-região, aglomerações urbanas com mais de 1 milhão de habitantes e dotadas dos atrativos exigidos pela estrutura produtiva da nova indústria.

Por isso, no caso do estado de São Paulo, a instalação de novas plantas (greenfields) - a geração de riqueza e capacidade produtiva novas, sobretudo a implantação de grandes estruturas produtivas mais modernas tende a ocorrer no Complexo Metropolitano Expandido.

Parece, portanto, existir pouca possibilidade de que os segmentos industriais mais dinâmicos extravasem esta área. Embora possam existir exceções, com alguma fração territorial fora do núcleo central da economia paulista logrando atrair algum elo das cadeias produtivas mais modernas, provavelmente, se isto ocorrer será nos pólos urbanos regionais interiorizados, isto é, privilegiando os centros regionais mais maduros ao longo dos principais eixos de desenvolvimento do Estado. Neste sentido, poderíamos lembrar atividades econômicas com maior sofisticação que se instalaram e se mantêm em Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara e São José do Rio Preto.

### *A indústria nas demais regiões do Estado*

Para as regiões do Estado de São Paulo que não fazem parte do Complexo Metropolitano Expandido ou de seu entorno imediato, o que se pode especular é que tenderá a se fortalecer certa especialização em setores industriais leves, com tecnologia madura, mais intensivos em recursos naturais e/ou mão-de-obra menos qualificada e mais barata. Em outras palavras, o interior tenderá a concentrar sua estrutura industrial na produção de bens relativamente pouco elaborados, com menor agregação de valor.

As tendências apontam, então, para que a indústria que se dirige para as áreas não-metropolitanas, por mais moderna que seja a região, fique limitada, ainda mais, às suas especializações e vantagens competitivas, grosso modo, restritas ao grupo de atividades de processamento de recursos minerais, florestais, energéticos, agrícolas e pecuários e à manufatura de alimentos, têxteis e vestuário e calçados. Este grupo, cujo padrão locacional é orientado pelo acesso a fontes de matérias-primas e a mão-de-obra menos qualificada, conta, no Brasil e no Estado de São Paulo, com custos e qualidade adequados. Quanto ao

mercado interno, apresenta alguns ganhos de escala, graças ao tamanho do mercado (grande em termos populacionais, mas ainda pequeno em poder aquisitivo). Em suma, nestes setores apresentamos bons níveis de eficiência e competitividade nas fases iniciais do processo produtivo e na produção de produtos pouco elaborados. À medida que se percorre as cadeias produtivas no sentido dos produtos de maior transformação, diferenciação, sofisticação tecnológica e comercial, a capacidade competitiva vai minguando.

Em termos locacionais regionais tende a se reproduzir a mesma lógica. Ou seja, à medida que se avança para estágios superiores da cadeia produtiva a atratividade do interior (sobretudo de suas áreas que não sejam o núcleo urbano principal de sua respectiva região) se reduz. Os estágios produtivos mais complexos e de maior valor agregado são mais exigentes em economias de aglomeração, isto é, das chamadas vantagens de proximidade que os fatores sistêmicos de competitividade proporcionam.

Assim, para as regiões interioranas o desafio do desenvolvimento econômico reside na criação de condições para explorar novas oportunidades e penetrar em novos nichos. Seu dilema estratégico é como encontrar o equilíbrio, a posição mais adequada entre melhorar suas especializações já consolidadas e buscar novas oportunidades que diversifiquem sua base econômica e produtiva. Neste desafiador dilema fatores sistêmicos de competitividade devem ser privilegiados, em uma estratégia de construção de uma renovada e diferenciada base produtiva, buscando:

- melhorar infra-estrutura de energia, logística e telecomunicações;
- formar, requalificar recursos humanos adequados às "vocações" locais/regionais;
- remover os bloqueios técnicos e mercadológicos dos APLs com maior potencialidade de crescimento e consolidação;
- criar ou aprimorar associações de produtores e outras instituições de apoio à produção destes bens locais e regionais, aperfeiçoando a capacidade de cooperação e governança dos atores produtivos;
- promover decisões empresariais que tenham o sentido de adensar suas principais cadeias produtivas;
- elevar o valor adicionado de seus principais produtos, buscando sofisticá-los e adequá-los às exigências de seus respectivos mercados;
- buscar novos mercados (internos e externos) para seus produtos, explorando a possibilidade de criar ou utilizar consórcios de exportação e outros meios de inserção no mercado internacional.

É conveniente lembrar, como já foi apontado antes, que há, no interior, exceções pontuais de investimentos em modernas atividades industriais. Bons exemplos são a criação de um pólo de biotecnologia na região de Marília e a implantação de um setor de produtos médicos em São José do Rio Preto. Entretanto, estes movimentos de criação de unidades industriais modernas fora das rotas locais geralmente seguidas pelas empresas, embora possam ser importantes para a geração local e regional de emprego e renda, possuem, geralmente, baixo potencial de encadeamento intersetorial e restrita capacidade de impulso de outras atividades em sua vizinhança.

O caso da atração de alguns setores modernos para a região de Araraquara/São Carlos é diferente. Primeiro, porque esta região é, do ponto de vista industrial, claramente uma área de transição, a meio caminho entre o complexo metropolitano expandido e o interior paulista. Segundo, além de possuir invejáveis infra-estruturas físicas, conta com a presença de importantes centros de pesquisa e, principalmente, com unidades universitárias voltadas para o ensino e pesquisa nas áreas técnica e tecnológica<sup>7</sup>. Terceiro, porque a região tem alguma tradição nas indústrias mecânica, material de transporte e aeronáutica. Esta observação é importante para deixar claro que a reprodução, em outros pontos do território paulista, do que vem ocorrendo em Araraquara/São Carlos não é trivial.

### *Infra-estrutura, concentração e desconcentração econômica*

No Estado de São Paulo estão sendo realizados investimentos de grande porte na infra-estrutura física, buscando eliminar gargalos que restringem os ganhos de competitividade das exportações paulistas (hidrovia Tietê-Paraná, Rodoanel, Ferroanel, modernização do porto de Santos, gasoduto Brasil-Bolívia, expansão do aeroporto de Viracopos). Estes investimentos, claramente necessários e com capacidade para produzir os desejados efeitos sobre a competitividade, podem ter, também, importantes efeitos sobre a distribuição da atividade econômica no território paulista.

A construção ou modernização de infra-estruturas físicas nas proximidades da área mais desenvolvida do Estado poderá se constituir em fator adicional de atração de ativi-

---

<sup>7</sup> O campus da USP em São Carlos foi fundado em 1948 e a UFSCar em 1968. Desde 1985, a Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos (ParqTec) criou o Centro Incubador de Empresas Tecnológicas (Cinet) que tem desempenhado importante papel na articulação das empresas de base tecnológica presentes na cidade. Há na região dois centros de pesquisas da Embrapa e uma escola técnica do Senai.

dades produtivas a médio e longo prazos. A facilitação da movimentação de mercadorias derivada da operação do Rodoanel e do Ferroanel garantirá a recuperação da agilidade logística e poderá atrair ainda mais investimentos para a RMSP e seu entrono imediato. A modernização do porto de Santos e a implantação de grandes instalações de logística próximas da área portuária (ou na própria RMSP) podem atuar, também, como reforço para um possível processo de reconcentração econômica em um raio de uns 150 km da capital.

As outras duas grandes infra-estruturas – a hidrovía Tietê-Paraná e o gasoduto são frequentemente mencionadas como fatores que podem criar possibilidades concretas de desconcentração e descentralização da atividade econômica do Complexo Metropolitano Expandido.

A hidrovía pode ser fundamental na criação de vantagens competitivas para a agricultura, a agroindústria e a indústria paulista do interior. A navegabilidade da hidrovía Tietê-Paraná tem melhorado bastante. No trecho São Simão-Pederneiras já escoam grandes fluxos de grãos de soja. Esforços e resultados têm se processado no sentido de melhorar a complementaridade com o modal ferroviário, com destaque para a rota Pederneiras-Santos. Avançar na intermodalidade será fundamental para que ocorra o desenvolvimento econômico com possibilidades de desconcentração geográfica da produção.

Entretanto, não pode ser descartado o risco de a hidrovía, ao ligar eficientemente e reduzir os custos de transportes entre alguns pontos da grande área agrícola do oeste brasileiro e os grandes centros consumidores e o maior porto do país, possa ter também efeitos negativos para a produção agropecuária e agroindustrial paulista. Ou seja, não se pode negligenciar o aumento da competitividade para os produtos do Centro-Oeste, ao serem ligados os pontos extremos entre produtores e o porto, deixando o interior de São Paulo tão somente como um "território de passagem" que abriga um corredor das exportações originadas a oeste do país.

O outro fator que pode reforçar uma possível desconcentração é o gasoduto Bolívia-Brasil, que atravessa 67 municípios paulistas. O impacto positivo mais imediato pode se dar sobre as indústrias energívoras, grandes demandadoras de energia, como as cerâmicas do interior. Uma parte desta indústria paulista se converteu para o uso do gás, posto que este apresenta maior rendimento, é mais barato e mais limpo. Por outro lado, o gasoduto pode também ter efeito concentrador, assegurando a oferta estável de energia através da geração de energia termoelétrica com uso do gás, nas áreas mais dinâ-

micas do território paulista. O balanço entre forças concentradoras e desconcentradoras é difícil, pois o gasoduto percorre 1.042 km no Estado de São Paulo e tem 13 Estações de Medição e Redução (EMR), ou citygates, no interior e oito no Complexo Metropolitano Expandido.

A recente descoberta de reservas de gás na bacia de Santos provavelmente terá efeitos benéficos para a economia paulista no médio e longo prazo, porém poderá se constituir em fator reconcentrador geográfico da produção. O Brasil consome atualmente 18 milhões de metros cúbicos de gás. Apenas essa nova bacia tem 55 milhões. Recentemente, o Estado quadruplicou seu consumo de gás e poderá ter sua matriz energética bastante modificada nos próximos anos. Se por um lado essa descoberta provavelmente se constituirá em fundamental fator competitivo de redução de custos, por outro poderá reforçar aqueles efeitos reconcentradores de instalação de empresas utilizando esta fonte de energia dentro da área do Complexo Metropolitano Expandido.

### *Parques tecnológicos*

A agenda da competitividade e da inovação paulista contempla, também, uma política ativa de atração de empresas de base tecnológica que contribuam para complementar e adensar a estrutura industrial do Estado. Um importante instrumento para isto é o apoio, previsto no PPA 2004-2007, para a instalação de parques tecnológicos.

Os parques tecnológicos são espaços de alta qualidade urbanística nos quais as atividades industriais convivem com amplas áreas voltadas para uso habitacional, comércio, serviços e lazer. A missão de um parque tecnológico é criar um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades de P&D, capaz de atrair investimentos em atividades de alta tecnologia, estabelecer vínculos com universidades e centros de pesquisa, difundir tecnologias avançadas e promover a criação de novas empresas.

Dadas as suas características e funções, a localização preferencial destas estruturas são aglomerações urbanas de algum porte nas quais já exista ambiente industrial e relevante densidade de conhecimento, representada pela presença de institutos e centros de pesquisas e universidades. No caso do Estado de São Paulo, como estas condições estão presentes na RMSP e nas regiões de Campinas, São José dos Campos, Araraquara, São Carlos e Ribeirão Preto, estas serão fortes candidatas para sediar este tipo de empreendimento.

## *O desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais*

Qualquer debate sobre o desenvolvimento da indústria no interior paulista deve reservar um lugar de destaque para os chamados Arranjos Produtivos Locais (APLs). A discussão sobre a constituição e desenvolvimento de APLs, clusters, sistemas localizados de produção e inovação - ou qualquer outra denominação que se queira dar a estas concentrações geográficas e setoriais de atividades - não é nova, mas ganhou grande relevância no Brasil nos últimos anos. No Estado de São Paulo, várias instituições têm se debruçado sobre este tema como, por exemplo, as universidades, o IPT, o Sebrae e a Fiesp. O Centro Paula Souza, suas Faculdades de Tecnologia e Escolas Técnicas constituem um importante ativo em qualquer estratégia de desenvolvimento destas aglomerações produtivas.

As iniciativas neste tema têm sido dirigidas para a identificação das principais aglomerações produtivas existentes nas diferentes cidades e regiões, para avaliar sua situação atual (suas potencialidades e bloqueios) e discutir com os agentes econômicos envolvidos e os principais atores políticos, suas possibilidades de desenvolvimento. A idéia que orienta estas iniciativas é a construção, em cada local, de eficiência coletiva específica. O maior desafio para o desenvolvimento de um APL é criar uma cultura empresarial mais cooperativa. Para isto, é preciso fazer com que as empresas passem, crescentemente, a forjar suas decisões articuladamente, segundo uma lógica econômica e social o mais comum possível.

Muito pode ser realizado em termos de estruturação de processos coletivos e territorializados de aprendizagem, "cultivando" comportamentos e ações associativas e cooperativas a fim de enobrecer e sofisticar seus produtos, agregar valor a bens pouco elaborados e buscar novos mercados, inclusive internacionais.

Há, no Estado de São Paulo, APLs com distintos graus de desenvolvimento produtivo e institucional. Mesmo aquelas aglomerações mais estruturadas, que já contam com tradição de cooperação, não podem se acomodar. Num contexto em que as condições da concorrência mudam rapidamente, é preciso construir recorrentemente tramas produtivas cooperativas e explorar sinergias, promovendo, por exemplo, processos contínuos de treinamento e capacitação e avançando na criação de estruturas para o desenvolvimento do design de produtos, divulgação de normas técnicas e de qualidade e certificação.

## *O desenvolvimento da agricultura*

A expansão das atividades agrícolas no que, na falta de melhor denominação, pode chamar-se "Grande Oeste" (Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Triângulo Mineiro, oeste da Bahia, sul do Piauí, sul do Maranhão e Rondônia) vem mudando sensivelmente a geografia da produção agrícola brasileira. Acompanhando o crescimento da produção nestas regiões (notadamente soja, milho, trigo, algodão, pecuária bovina, suínos e aves), vêm sendo instaladas plantas agroindustriais de primeiro processamento.

Uma das principais limitações para a expansão da produção agrícola em boa parte daquela região é o fato de que, embora os custos de produção sejam mais baixos que os observados em outras regiões produtoras, os ainda elevados custos de transporte para os centros consumidores nacionais e para os portos comprometem a competitividade. Assim, à medida que a infra-estrutura e a logística de escoamento da produção vá se desenvolvendo (a exemplo da hidrovía Tietê-Paraná), a expansão da agropecuária naquelas regiões deve aprofundar-se e ser acompanhada, no futuro, pelo desenvolvimento do processo de agroindustrialização. Em consequência, sua produção agrícola e agroindustrial disputará, crescentemente, espaços nos mercados interno e externo com a produção hoje localizada em outras regiões do país.

A produção agropecuária paulista, de modo geral, tenderá a avançar em direção a produtos de maior valor agregado, que exigem alguma combinação de processos de produção mais complexos, elevada integração com a indústria e sistemas sofisticados de distribuição. A cana-de-açúcar, a laranja e a pecuária bovina continuarão sendo atividades importantes, basicamente instaladas nas mesmas regiões do Estado onde hoje se encontram. No caso da cana, há alguma expansão da produção fora de sua área tradicional, avançando sobre áreas de pastagem no oeste do Estado. Algumas atividades agrícolas que, atualmente, já apresentam alguma importância em nível estadual e, principalmente regional, deverão ganhar espaço. É o caso da fruticultura e da floricultura. Há, também, atividades não tradicionais, incipientes, que podem ganhar corpo, como a piscicultura e a produção de orgânicos.

A fruticultura e a floricultura são atividades que reúnem duas características que as tornam importantes do ponto de vista regional: elevada rentabilidade e alta geração de empregos. No Estado de São Paulo, os municípios de Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Valinhos e Vinhedo formam uma região que constitui o pólo da fruticultura paulista. A qualidade da infra-estrutura de transportes e a proximidade destes muni-

cípios aos maiores mercados consumidores do Estado os tornam extremamente competitivos na atividade. Entretanto, em outras porções do território paulista começa a destacar-se a produção de frutas. Tal é o caso, por exemplo, do maracujá, no Centro-Oeste e no Vale do Ribeira.

O Estado de São Paulo ocupa um lugar de destaque na produção de flores e plantas ornamentais, respondendo por cerca de 70% da produção nacional. A atividade concentra-se em cerca de duas dezenas de municípios das regiões de Campinas, Bragança Paulista e Vale do Ribeira. Além da proximidade aos centros de consumo e da qualidade da infra-estrutura, boa parte destes municípios se beneficia da proximidade aos três principais pontos dos canais de escoamento da produção: Veiling Holambra, Ceasa de Campinas e Ceagesp. É neste entorno que se pode esperar a expansão da produção paulista.

Dentre as atividades agrícolas não-tradicionais que podem apresentar substancial expansão no estado de São Paulo estão a piscicultura e a produção de orgânicos. O Estado conta com 1,5 milhão de hectares de represas que podem ser usados, sem muitas restrições, para a produção de pescado. No caso dos produtos orgânicos, São Paulo conta com um grande mercado consumidor potencial, representado pelo Complexo Metropolitano Expandido, e com bem desenvolvidas estruturas de produção e comercialização de produtos convencionais, que compõem uma importante base para a futura expansão do setor.

A instituição estadual Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA visa gerar, adaptar e difundir conhecimento científico e tecnológico para os empreendimentos agrícolas. Representa suporte de pesquisa pública ao agronegócio paulista, com uma visão moderna de desenvolvimento regional. Para tanto, a APTA está criando os Pólos Regionais de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios. Segundo a agência, "a mudança fundamental consiste no fato de que o foco da pesquisa deixa de ser os experimentos em si e passa a ser a realidade regional. Isso significa que, multidisciplinar, o pólo é um irradiador da moderna técnica para uma área determinada, operando de forma compatível como o conceito abrangente de cadeia produtiva". Superou-se a ação fragmentada por centros isolados de pesquisa e buscam-se soluções a partir de demandas específicas das regiões paulistas.

Neste sentido, a APTA pode se constituir em fator de descentralização do processo de desenvolvimento, ao consolidar seus 15 pólos regionais de pesquisa em todas as regiões do Estado de São Paulo.

## *O Papel das atividades de turismo*

A visão sobre os limites e as possibilidades do desenvolvimento sustentado de uma determinada região tem mudado bastante. No passado, a discussão sobre o desenvolvimento regional era marcada por um certo "viés industrialista", pois se acreditava e se promoviam políticas como se a atração de empresas industriais (sobretudo as grandes) para uma região representava, necessariamente, sua redenção econômica e social.

Este paradigma se transformou completamente nos últimos anos. Hoje se observa uma correção desta visão, assentada apenas na força do "setor secundário" como único promotor do desenvolvimento regional, portanto, associando automaticamente desenvolvimento com industrialização.

Quando se diagnostica atualmente as reais possibilidades e potencialidades regionais e suas estratégias alternativas de concretização, as regiões e as identidades locais passaram a ser vistas como importantes ativos, no sentido de se construir um ambiente em que "regiões que aprendem" são regiões com desenvolvimento inclusivo, capaz de criar atividades que agregam localmente valor e geram emprego, renda, tributos, divisas e riqueza de longa duração. É claro que os processos cumulativos e a dependência das trajetórias anteriores marcam o dinamismo de determinada porção do território. Porém, o fundamental é a capacidade de mobilização de forças, iniciativas e recursos, mesmo os aparentemente "ocultos".

A atividade turística é o grande exemplo das possibilidades de desenvolvimento que, não necessariamente, passam pela indústria. A atividade do turismo, em suas mais diversas modalidades, é o grande empreendimento, mais ou menos interiorizado, por todo o território paulista. Explorar ou elaborar atrativos, desde os mais naturais até os mais construídos - patrimônios histórico, ambiental, arquitetônico etc., até os resorts, é uma possibilidade concreta para todas as regiões de São Paulo. Políticas específicas para promover o turismo ligado a convenções, feiras, exposições, congressos estão sendo implementadas ao lado de estratégias particulares para estâncias (balneárias, hidrominerais, turísticas e climáticas). O setor de informações turísticas, fundamental para se estruturar uma ação de âmbito mais regionalizado, está recebendo atenção governamental e empresarial.

Enorme variedade de atrativos naturais ou criados e serviços ofertados já estão presentes na economia paulista, mas muito ainda pode-se fazer em termos de melhor exploração dos recursos históricos, naturais e paisagísticos do interior e da capital. Não

basta, é claro, credenciar o município como estância turística para que o potencial existente se manifeste.

Em inúmeras frentes é possível ampliar a captação da demanda pelo turismo no Estado em todas suas modalidades: turismo de negócios, turismo rural, histórico, religioso, ecoturismo, parques temáticos etc. É crucial aperfeiçoar o conjunto dos serviços turísticos de apoio, tais como hospedagem, entretenimento, restaurantes, diversão noturna, agências de viagem, aluguel de automóveis, alternativas de transportes e alimentação, entre outros. Melhorar a infra-estrutura de informações turísticas, ter atividades programadas segundo roteiros turísticos criteriosamente definidos, disponibilizar qualidade e eficiência dos serviços prestados, gerar novos produtos turísticos continuamente (como bem demonstra o caso de Brotas) são algumas das frentes requeridas, tanto da política pública, quanto das estratégias privadas.

A oferta de produtos turísticos, como artesanato e a valorização da cultura local podem estimular demanda turística, se constituindo em alternativa de desenvolvimento de regiões deprimidas ou estagnadas.

A hospitalidade presente nas mais diversas áreas do Estado já é um ativo importante nesta estratégia. É importante avançar no aprimoramento gerencial e garantir a satisfação dos turistas em um amplo leque de questões que vão desde segurança pública, até as mais prosaicas como falta de sinalização e informação turísticas em várias regiões.

## CAPÍTULO 4

# Ambiente institucional

*Empreendedorismo, desburocratização, facilitação, fomento e apoio*

É fundamental avançar na melhoria do ambiente institucional para o desenvolvimento do empreendedorismo e da cidadania. Ninguém gosta de burocracia, ninguém gosta de regras ou procedimentos que tolhem, que dificultam desnecessariamente ou exageradamente a ação das pessoas e dos negócios. Por isto têm forte apelo as idéias da desburocratização. Porém, mais que desburocratizar é necessário facilitar as ações de empresas e pessoas, criando melhores condições para que o empreendedorismo possa se manifestar efetivamente. Um exemplo é o emperramento e o embaraço burocrático causado pela falta de consolidação da legislação em torno de determinado tema, gerando verdadeiro imbróglio legal. Outro, mais específico e de grande importância, é a demora em conseguir licenças ambientais. É preciso que estes processos ganhem agilidade, adequada ao timing dos empreendimentos competitivos.

Todos sabemos que o Poupatempo é um sucesso porque facilita a vida das pessoas. E precisamos pensar na criação de outros mecanismos. Algumas possibilidades, sugeridas nas reuniões regionais, são a implantação de novos postos do Poupatempo, a ampliação do Simples Paulista e a aprovação do Super Simples federal na reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional.

As reclamações contra o excesso de burocracia devem nos levar a pensar em uma operação maior de facilitação dos trâmites burocráticos exigidos pelas diversas esferas do poder público estadual para a implantação de empreendimentos. Por facilitação, enten-

de-se tornar mais rápido, mais transparente, mais amigável o entendimento e a aplicação de normas legais, por exemplo, na área fiscal e na área ambiental.

É preciso promover a reorganização, integração e descentralização de serviços de informação ao público, através da utilização de tecnologias de informações. Por enquanto, existem postos do Poupatempo em Ribeirão Preto, Campinas, São José dos Campos, São Bernardo do Campo, Guarulhos e na Capital (Sé, Alfredo Issa/Luz, Santo Amaro e Itaquera). Outras regiões do Estado reivindicam a implantação desses postos. Mas a reivindicação apresentada nas reuniões regionais diz respeito à extensão das atividades de prestação eficientes de serviços do Poupatempo no que diz respeito a facilitação dos processos empresariais.

Outra importante iniciativa é a ampliação de acesso a crédito, através dos fundos de aval. O Decreto n. 44.673, de 28 de janeiro de 2000, publicado no DOE, Seção I, de 29.1.2000, p. 1, altera a redação do Decreto nº 43.417, de 31 de agosto de 1998, que regulamenta a Lei nº 10.016, de 29 de junho de 1998, que institui o Fundo de Aval constituirá crucial aparato para que se avance nesta questão.

É interessante lembrar também a lei 10.853, que criou a Agência de Fomento do Estado de São Paulo, propiciando oportunidades de políticas de fomento e indução dos investimentos privados.

As ações em torno da provisão de microcrédito, através da Nossa Caixa e do Banco do Povo constituem-se em uma realidade que precisa ser ainda mais apoiada.

São bem vindos todos os esforços de adoção de iniciativas e programas destinados a ampliar, desburocratizar e dinamizar a base exportadora estadual. Vários órgãos como a Apex (Agência de Promoção de Exportações Brasileiras, órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), os Sebraes, as seções comerciais das embaixadas e consulados, o Banco do Brasil, a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Agência de Fomento do Ministério da Ciência e Tecnologia), dentre inúmeras outras instituições, vêm promovendo o fortalecimento dos exportadores. É preciso evitar a descontinuidade da atividade exportadora, sobretudo da empresa de menor tamanho. Estratégias consistentes devem sensibilizar e capacitar as micro, pequenas e médias empresas para a importância do mercado externo. Cooperativas, consórcios e associações de empresários voltados à exportação necessitam ser criados e potencializados.

É necessário que o Estado prontifique um novo ambiente, mais propício à competitividade sistêmica, em todas estas frentes.

## *Desenvolvimento regional e institucionalidade*

Para se promover um desenvolvimento menos desigual no território paulista é necessário melhorar a articulação institucional, seja através do avanço do arcabouço de gestão das regiões metropolitanas já existentes ou pela criação de agências de desenvolvimento regional, consórcios e outras associações de municípios.

É preciso reforçar a dimensão local e regional do processo de desenvolvimento paulista, tratando o território de forma holística e reforçando sua institucionalidade. A idéia que orienta esta preocupação é a de criar instâncias que pensem o desenvolvimento regional em seu conjunto e auxiliem no desenho e de ações sistemáticas e abrangentes e que mobilizem as forças locais para sua execução.

As estratégias de atuação conjunta inter e supra municipais são fundamentais para o enfrentamento de problemas comuns. Há inúmeras questões que extravasam os limites jurídico-administrativos. Neste contexto, somente com a construção de arranjos institucionais, onde possam se organizar e vocalizar, com maior potência e sistemicamente, reivindicações "supralocais", pode-se ter grande êxito regional. As funções públicas de interesse comum são diversas e podem passar por questões atinentes ao transporte e sistema viário regional, meio ambiente, resíduos sólidos, atendimento e assistência social, desenvolvimento econômico, dentre outras ações integradas regionalmente.

Tais arranjos podem ser de natureza, nível de intervenção e escala geográfica bastante diversos. Mas são decisivos para o aperfeiçoamento de ações que extrapolam a escala localizada, explicitando a contribuição das partes em termos de capacidade gerencial, participação da comunidade, compartilhamento de equipamentos, equipes etc.

Nessas ações consorciadas, é indispensável a assunção, amplamente pactuada, de responsabilidades e a explicitação de custos e benefícios. Há conflitos imanentes à difícil definição da parcela que cabe aos municípios "mais ricos" e aos "mais pobres" da região. Daí a necessidade de se assegurar espaços amplos de discussão, que realizem o mais justo balanceamento entre, por um lado, ônus ou sobrecarga, devidos às incumbências requeridas e, por outro, benefícios e vantagens das políticas concertadas. Exemplo disso são os conflitos em torno da localização de aterros sanitários regionais nestas negociações e as diferenças municipais no lançamento de esgotos não tratados nos cursos d'água.

A institucionalidade construída regionalmente deve assegurar arenas democráticas de coordenação de interesses, diálogos, conflitos e consensos. Se bem conduzidas, essas ações podem lograr grande êxito em aumentar a capacidade de pressão e negociação vis-

à-vis ações isoladas dos municípios de determinada região. Nestas experiências conjuntas é fundamental que haja solidariedade institucional para evitar os conflitos de competência entre os distintos níveis de governo e seus órgãos. Contribui-se, desta forma, para se aumentar a acessibilidade a recursos materiais ou institucionais disponíveis em esferas de poder superiores e distintos organismos, governamentais ou não.

Atualmente, o Governo Federal, através da Subchefia dos Assuntos Federativos da Casa Civil, está discutindo, em um grupo de trabalho interministerial, criado pela Portaria n.º 1391 de 28/08/2003, a elaboração de projetos normativos referentes à regulamentação do artigo 18, parágrafo 4º; artigo 23, parágrafo único; e artigo 241 da Constituição Federal. Trata-se de reformular o arcabouço jurídico que regulamenta os mecanismos de articulação e cooperação intermunicipal e interestadual, a fim de fortalecer o instrumento legal dos consórcios intermunicipais. Além dos aspectos jurídicos da formatação do instrumento legal da cooperação intermunicipal estão sendo discutidos temas relativos ao fortalecimento das políticas de incentivo e da articulação intergovernamental para a elaboração e implementação de políticas públicas no território sub-regional. Dessa discussão poderá resultar inclusive a possibilidade de que os consórcios ganhem novo estatuto jurídico.

Com essas iniciativas busca-se superar algumas limitações, construindo novas possibilidades legais à cooperação intermunicipal no Brasil, possibilitando novos formatos institucionais e mudanças na gestão consorciada. Um importante exemplo é a articulação intergovernamental e a cooperação intermunicipal na gestão de recursos hídricos. É preciso avançar na institucionalização da cooperação intermunicipal, armando regionalmente um processo de contratualização.

A experiência europeia de políticas regionais de desenvolvimento nos ensina que é preciso repactuar relações, reconstruir espaços públicos e canais institucionalizados de concertação de interesses e estabelecer contratos sociais territorializados. Ensina a nova direção das políticas de desenvolvimento, em sua dimensão espacial, e em sua pedagogia democrática e participativa, que deve-se resgatar o potencial das diversidades (sociais, regionais, produtivas etc). Uma das grandes novidades desta experiência é a criação dos chamados "pactos territoriais pelo emprego e a competitividade". Na União Europeia está-se procurando resgatar a lógica do projeto, porém agora amparado por ampla repactuação de forças antagônicas e da necessária contratualização dos compromissos. Em outras palavras, a articulação de um novo pacto em que as ações tenham horizontes de curto, médio e longo prazos, tendo por base contratos-programas, criteriosamente definidos e territorializados.

## CAPÍTULO 5

# Observações sobre o IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social

Em todas as reuniões do Fórum em que algum convidado presente ou mesmo algum membro da mesa mencionou o IPRS, foi para destacar as suas virtudes ou para basear suas falas ou conclusões dentro do cenário vislumbrado pelas diversas dimensões do índice. A apresentação do índice teve boa repercussão, mesmo quando seus resultados revelavam aspectos desfavoráveis para a região ou para algumas de suas cidades.

É necessário, entretanto, anotar que foram feitas algumas observações, em geral pertinentes, sobre a construção do indicador. A maioria delas apontou a necessidade de alargar os aspectos dimensionados pelo índice e/ ou sugeriu seu aprimoramento. Ou seja, foram feitas de tal modo a deixar clara a aceitação, com reservas, de indicadores de responsabilidade social das administrações municipais.

Uma das observações alertou para a inadequação da inclusão das mortes ocorridas dentro de presídios à mortalidade de adultos do município que abriga a prisão, pois elas se dão por razões alheias às condicionantes urbanas e sobre elas não existe possibilidade de ação do poder público local.

Também foi argumentado que as mortes de turistas em acidentes automobilísticos ou afogamentos ocorridos nos municípios turísticos também não deveriam fazer parte de seus índices de mortalidade, pois elas tampouco teriam ligação direta com as condições e administrações locais.

Uma terceira observação contestou a variável "Consumo Residencial Médio de Energia Elétrica por Domicílio" como proxy aceitável para a renda municipal. Para o seu autor, seria mais correto considerar o consumo per capita. É importante registrar, porém, que

o consumo residencial de fato subestima a renda dos municípios turísticos (aqueles que abrigam "casas de temporada") mas considerar o consumo per capita apenas inverteria o desvio, ou seja, a renda dos municípios turísticos passaria de subestimada a superestimada.

Uma quarta vertente das restrições ao IPRS diz respeito à sua limitada abrangência. Ele falha por não captar as nuances da riqueza, das condições de saúde, do grau de escolaridade dos municípios e não trata de dimensões importantes do ponto de vista urbano, tais como as condições de moradia ou da malha urbana. De imediato, também nesta crítica se constata a aceitação intrínseca da estratégia do IPRS, e a proposta de seu aperfeiçoamento.

A manifesta legitimidade desse indicador é fato extremamente alvissareiro, uma vez que mesmo sem os aperfeiçoamentos desejáveis apontados pelas críticas e mesmo sem nenhuma outra variável que expresse outras dimensões igualmente importantes, o IPRS já traz naturalmente uma ordenação das necessidades municipais.

Sem dúvida, o IPRS, foi reconhecido e acolhido como instrumento de avaliação da performance das políticas públicas em localidades específicas. De fato, por focar os desdobramentos da atuação dos três níveis de governo no município, o IPRS indica o sentido que deve ter a ação dos prefeitos e dos demais agentes públicos intervenientes. As diversas dimensões do IPRS permitem a identificação de certas convergências que podem e devem ser focadas por mais de um nível de governo ou exigem a conjunção de políticas

Em parte, foi dessa percepção que brotaram, nas reuniões, recomendações para que o IPRS fosse, de alguma forma, incorporado aos critérios de repasse de recursos aos municípios. As sugestões neste sentido apontaram no sentido de integrar o indicador entre os critérios de repasse do ICMS (como consta do manifesto entregue pelos representantes da sociedade civil e deputados da região de Sorocaba), ou como critério único para as transferências para a Saúde ("Projeto Qualis para o Interior" apresentado na reunião de Barretos). Houve também a sugestão para que sua metodologia também seja adotada pelo governo federal, conforme manifestação da deputada federal Ngela Guadagnin, na reunião de São José dos Campos, na qual afirmou que apresentaria projeto nesse sentido ao Congresso Nacional, com vistas a integrá-lo nos critérios das transferências de recursos.

Não há dúvida de que os municípios que tenham permanecido no grupo 5<sup>º</sup>, durante seguidas edições do índice devam receber atenção especial e, proporcionalmente mais

recursos que os demais, para o combate à pobreza e aos seus efeitos e, se possível, de mais de um nível de governo. Tanto maior deve ser a prioridade quanto mais abaixo estiverem da média estadual.

Merecem também receber prioridade nos repasses financeiros os municípios que sofreram taxas de crescimento populacional acima da média estadual e que ao mesmo tempo pertençam ao grupo 2<sup>o</sup>, pois certamente são mais desejáveis e menos custosas, social e financeiramente, as políticas que evitam a formação de novos focos de pobreza do que as ações mitigadoras posteriores.

Por outro lado, os municípios desse mesmo grupo 2, cujos contingentes populacionais tenham permanecido estáveis ou tenham declinado, não devem, salvo alguma outra justificativa, receber alguma prioridade. Esses seriam os municípios mais "injustos", na medida que suas administrações, apesar de contarem com bases econômicas mais fortes que a média estadual, a riqueza neles gerada tem reflexos nos níveis de educação e saúde de seus munícipes abaixo da média. Frente às situações das outras localidades, estas, em tese, possuem maiores condições próprias para combater suas carências<sup>10</sup>.

Essas propostas de incorporação do IPRS como fator a ser considerado no sistema de transferências de recursos para os municípios derivam da necessidade de se reforçar e dar nova dimensão às políticas de diminuição das desigualdades municipais e regionais. É o reconhecimento de que, apesar de decorridos mais de 40 anos de sua implantação, o sistema de transferências intergovernamentais não foi capaz nem ao menos de mitigar as diferenças sociais existentes na época de sua implantação<sup>11</sup>.

Considera-se que, a exemplo da experiência da União Européia, o repasse de recursos financeiros para combate às desigualdades deve ser feito dentro de programas específicos e com objetivos pré-definidos, e não através de simples repasses automáticos e permanentes. Assim sendo, considera-se oportuna a utilização do IPRS no repasse do ICMS e/ou nas demais transferências voluntárias do governo estadual (e mesmo nas transferências federais se a proposta antes comentada vier a se efetivar).

É claramente desejável uma revisão dos atuais critérios de repasse do ICMS de modo a reforçar os municípios agrícolas e aqueles com baixa produção industrial. Mas

---

<sup>9</sup> Aqueles com índice de riqueza acima da média estadual e níveis baixos de escolaridade e longevidade.

<sup>10</sup> Essa argumentação não ignora que possam se justificar repasses excepcionais para esses municípios. Ela considera apenas que esses casos devam ser tratados por análise e critérios menos genéricos.

<sup>11</sup> O sistema foi implantado pela reforma tributária dos anos 60, grosso modo, com as mesmas características atuais.

seria igualmente desejável a inclusão de critérios baseados na medição de resultados efetivos, e não potenciais, alcançados pelas políticas e programas sociais e de implantação de infraestrutura básica.

Um exercício rápido, correlacionando as taxas de crescimento populacional, as cotas-parte do ICMS (que representam em média cerca de 30% das receitas correntes dos municípios paulistas) e os índices do IPRS para a década de noventa, aplicado para todos os municípios existentes em 1992 e para os quais foram calculados os índices do IPRS em 1992, 1997 e 2000, apresentou os seguintes resultados principais:

- Dentre os 19 municípios com mais de 300.000 habitantes, 18 apresentaram, nos três levantamentos, indicadores sociais (de longevidade e educação) superiores à média estadual;
- O 19o município, apesar de ter registrado um crescimento populacional próximo à média estadual e ter sua cota-parte do ICMS aumentada em 25%, permaneceu no mesmo nível 4 de responsabilidade social. Ou seja, nem a maior disponibilidade absoluta de recursos financeiros aliada à relativamente pequena pressão populacional contribuiu para a melhoria de seus indicadores sociais medidos pelo IPRS;
- Dentre os 50 municípios médios (com população entre 100.000 e 300.000 habitantes), 13 registraram, nos três levantamentos da década, bons índices sociais, 23 melhoraram suas respectivas situações e 12 deles mantiveram suas más performances (permaneceram, entre 1992 e 2000, nos níveis 2 e 5 - escolaridade e longevidade abaixo da média estadual). Destes últimos, 10 apresentaram crescimento populacional acima da média estadual mas tiveram aumentos nas suas cotas-parte do ICMS (em alguns casos, elas foram mais que duplicadas no período). Ou seja, apesar destes centros terem contado com expressivos ganhos financeiros, seus moradores não se beneficiaram com avanços sociais, talvez pressionados por outras demandas derivadas da pressão populacional que experimentaram;
- Dentre os 130 micro-municípios (com menos de 5.000 residentes), apenas 12 tiveram suas cotas-parte de ICMS diminuídas, mas suas respectivas populações também decresceram, nos restantes 118 as cotas-parte foram incrementadas. Apesar dos ganhos de receitas, 13 destes 118 tiveram perdas de posições de seus índices sociais. Em outros 58 micro-municípios os índices se mantiveram nos mesmos patamares, sem melhorias, apesar de, em sua maioria absoluta, terem perdido população ou registrado crescimento modesto (abaixo ou próximo da média estadual).

O que se pode deduzir dos resultados deste exercício é que o acréscimo de recursos financeiros não é suficiente para garantir melhorias em indicadores sociais. Nem mesmo a conjunção de maior disponibilidade financeira e queda na população residente (isto é, menor demanda social urbana), se mostrou suficiente para garantir melhorias nos indicadores sociais.

Frente a isto, fica claro que o simples aumento das disponibilidades financeiras permanentes dos centros urbanos não necessariamente conduz à mitigação das desigualdades sociais. Uma política de combate às insuficiências sociais através da expansão e melhoria dos serviços públicos deve usar como um de seus instrumentos um sistema de transferências orientadas de recursos. Por ser um indicador dinâmico e passível de adaptação para melhor refletir conjuntamente o quadro social urbano e os esforços da ação da administração pública local, de fato o IPRS pode passar a fazer parte dos critérios de repasses de recursos especiais para os municípios combaterem seus "déficits sociais".



PARTE 2

---

***RETROSPECTIVA  
DAS REUNIÕES REGIONAIS***

## CAPÍTULO 1

# Panorama das 17 reuniões regionais

No período de 19 de setembro a 01 de dezembro, o Fórum Legislativo de Desenvolvimento Sustentado do Estado de São Paulo realizou 17 reuniões regionais, que contaram com a participação de aproximadamente 3.200 pessoas, representando diversos segmentos sociais: a classe política; instituições municipais, estaduais e federais; entidades de classe; sindicatos patronais e de trabalhadores; cooperativas; agências regionais de desenvolvimento; universidades, institutos de pesquisa e colégios técnicos; órgãos de comunicação; associações comerciais; organizações de arranjos produtivos e organizações não governamentais.

A seguir, um resumo, sistematizado pela Agência de Notícias da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, do que foi discutido em cada uma das reuniões, nas quais também foi apresentado o Índice Paulista de Responsabilidade Social .

**Santos** - No encontro realizado em 19 de setembro, em Santos, a importância das atividades portuárias foi colocada em destaque. Os prefeitos apresentaram demandas como a do agroperto em Cubatão. Para a sociedade civil, as principais demandas da Baixada Santista são a universidade pública e a concessão de linhas de crédito para saneamento básico.

**Registro** - Localizada no Vale do Ribeira - região que ocupa o último lugar no ranking de desenvolvimento medido pelo IPRS -, Registro sediou a segunda reunião do Fórum, em 20 de setembro. Entre as demandas apresentadas pelas entidades locais estão o incentivo ao agronegócio familiar e a superação do engessamento econômico provocado pela legislação ambiental.

**Araraquara** - Para discutir os problemas da Região Central, a sexta economia do Estado, a terceira reunião do Fórum foi realizada, em 03 de outubro, em Araraquara. Entre os temas debatidos com mais intensidade estiveram a criação de uma agência regional de desenvolvimento, saúde pública e políticas voltadas para mulheres, negros e idosos.

**Presidente Prudente** - Situada em região com baixo desenvolvimento econômico mas com indicadores sociais acima da média, Presidente Prudente foi o local da quarta reunião, em 10 de outubro. Entre os principais problemas apresentados pelos participantes estavam a malha rodoviária deficiente e o excesso de penitenciárias na região. Foram propostas também a expansão do ensino público e a rápida aprovação do projeto de cobrança do uso de recursos hídricos.

**Marília** - A encampação da Faculdade de Medicina de Marília por uma universidade pública, a criação de cursos profissionalizantes para atender às necessidades da indústria local e a melhoria da infra-estrutura de acesso à região (ferrovia, aeroporto, rodovia e transporte intermodal) foram algumas das demandas apresentadas por participantes da quinta reunião do fórum, que se realizou em Marília, em 11 de outubro.

**Araçatuba** - O turismo desponta como atividade emergente na região de Araçatuba, mas falta mão-de-obra treinada para trabalhar nesse segmento. Essa foi uma das constatações surgidas na sexta reunião do Fórum, em 17 de outubro. Os participantes destacaram ainda a necessidade de facilitar a obtenção de financiamento para as empresas, como uma forma de atenuar os efeitos da guerra fiscal, e a importância da hidrovía Tietê-Paraná para o escoamento da produção de álcool, cana e soja etc.

**Bauru** - A pauta de reivindicações que os municípios da região de Bauru apresentaram em 18 de outubro, no sétimo encontro do Fórum no interior, incluiu, entre outras, a criação de um centro de excelência em saúde e a instalação de uma comissão para planejar o desenvolvimento econômico. Participantes da reunião lembraram que a combinação de esforços pode levar à criação de um pólo industrial de ponta na região.

**Campinas** - Os contrastes que marcam a região de Campinas, onde aconteceu, em 20 de outubro, a oitava reunião do Fórum – o segundo lugar no Estado no indicador de riqueza, mas o 11º em escolaridade –, se refletem nas demandas apresentadas pelos participantes do encontro. Elas vão do incremento às instituições de pesquisa e ampliação do aeroporto de Viracopos à aprovação de lei de proteção ambiental e de medidas para o setor de segurança pública.

**São José do Rio Preto** - A cidade de São José do Rio Preto – sede da região que detém o primeiro lugar em longevidade e em escolaridade, de acordo com o IPRS, e o

décimo em riqueza – sediou a nona reunião do Fórum, em 24 de outubro. Com elogiadas iniciativas na organização de distritos industriais, a região reivindicou, entre outras, incentivos ao reflorestamento e à aqüicultura, instalação de serviços como o Poupatempo e cuidados com a malha rodoviária.

**Barretos** - Na décima reunião do Fórum, em Barretos, em 25 de outubro, as entidades presentes ao encontro destacaram, entre as necessidades da região, a recuperação de rios e a implementação de parceria entre o governo, universidades e setores produtivos para a capacitação de mão-de-obra e o fornecimento de suporte especializado para o pequeno produtor.

**Sorocaba** - Com expressiva participação de prefeitos da região, a 11ª reunião do Fórum aconteceu em Sorocaba, em 31 de outubro. Foi apresentada pauta de reivindicações do sudoeste paulista, que havia sido elaborada em reunião preparatória e incluía a criação de uma agência regional de desenvolvimento, fomento à agricultura familiar e a instalação de Fatecs, entre outras. A necessidade de simplificação tributária e de tratamento das bacias de rios da região – em grave processo de poluição – também foi apontada.

**Osasco** - Para discutir os problemas da zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo, o Fórum realizou a 12ª reunião em Osasco, em 03 de novembro. Combate às enchentes, incentivo para as pequenas e microempresas e a necessidade urgente de criação de uma agência de desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo foram apontadas pelos participantes.

**Ribeirão Preto** - A 13ª reunião do Fórum, em 08 de novembro, foi em Ribeirão Preto, centro de importante região de agronegócios. Um dos principais problemas apontados no encontro foi a necessidade de recuperação das bacias hidrográficas. Entre as reivindicações de autoridades e representantes da sociedade estavam a internacionalização do aeroporto de Ribeirão Preto e a extensão do gasoduto que passa pelo centro do Estado.

**São Bernardo do Campo** - Em 10 de novembro, a 14ª reunião do fórum foi realizada em São Bernardo do Campo. As principais reivindicações foram a implantação de uma universidade pública no ABC e a construção de moradias populares. Os participantes do encontro apontaram, entre os principais problemas, a violência, a poluição ambiental e a perda de potencial industrial da região.

**São José dos Campos** - O maior incentivo ao turismo foi a principal solicitação de autoridades e representantes de instituições presentes à 15ª reunião do Fórum, em 17 de

novembro, na cidade de São José dos Campos. Outras reivindicações: aprimoramento da infra-estrutura de transportes, ampliação de vagas do ensino superior, investimentos em segurança pública e transformação da região administrativa em região metropolitana.

**São Paulo** - A penúltima reunião do Fórum foi em 24 de novembro, na própria Assembléia Legislativa, para discutir os problemas da grande, complexa e desigual Região Metropolitana de São Paulo. Entre os diversos problemas de uma região desse porte, os debatedores assinalaram a questão dos transportes como fundamental. Preservação de mananciais e incentivo ao turismo cultural – o de negócios já é intenso – foram algumas das ações propostas pelos participantes.

**Franca** - O encerramento da primeira fase do Fórum foi em Franca, no dia 02 de dezembro. Na ocasião, poder público e sociedade discutiram a necessidade de transformar os consórcios municipais em figuras jurídicas que possam ter aporte de recursos. A medida, avaliaram, beneficiaria as cidades pequenas.

## CAPÍTULO 2

# **Demandas regionais e perspectivas de trabalho para 2004**

O Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado, dando seqüência ao trabalho realizado em 2003, organizará audiências públicas temáticas com os setores econômicos, universidades e organizações não governamentais para atualização dos diagnósticos e elaboração de propostas para o desenvolvimento econômico sustentado do Estado.

O primeiro passo neste sentido foi dado a partir da constituição do Conselho Consultivo do Fórum, composto por representantes de entidades pertencentes aos diversos setores da sociedade civil, que tem a missão de opinar sobre os temas dos trabalhos e os respectivos relatórios, e organizar reuniões periódicas com os representantes dos setores produtivos e de serviços para promover estudos e definir projetos voltados ao desenvolvimento econômico sustentável do Estado de São Paulo.

Na sua primeira reunião, realizada em outubro de 2003, o Conselho Consultivo do Fórum elegeu sete áreas temáticas prioritárias: Ciência e Tecnologia; Educação; Empreendedorismo; Infra-estrutura; Política de Exportação; Políticas de Fomento e Indução; Políticas Públicas de Sustentabilidade .

As reuniões temáticas serão organizadas junto com as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa. Os trabalhos deverão ser desenvolvidos a partir dos diagnósticos e relatórios produzidos no Fórum São Paulo Século XXI em 2001, das demandas e sugestões apresentadas nas reuniões regionais e do relatório final apresentado pelo Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais – NESUR da UNICAMP.

Os participantes das 17 reuniões regionais realizadas na primeira fase das atividades do Fórum apresentaram várias sugestões do potencial de desenvolvimento de suas

regiões, bem como demandas que entendem como prioritárias para potencializar aquele desenvolvimento. Estas sugestões foram tabuladas e as demandas foram organizadas e encaminhadas a cada uma das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa, como constam nos anexos 1 e 2, e servirão para subsidiar os debates das reuniões temáticas a serem realizadas pelo Conselho Consultivo do Fórum.

Vale lembrar que os dados apresentados na tabulação dos potenciais das regiões e nos gráficos correspondentes são produtos resultantes de opiniões de pessoas e entidades que participaram das reuniões regionais do Fórum. Portanto, não devem ser entendidos como pesquisa de opinião.

Na 2ª fase, o Fórum será dedicado ao debate e formulação de novas propostas para a retomada do desenvolvimento econômico sustentável. Assim, pretende-se formatar projetos voltados para o desenvolvimento econômico principalmente no que diz respeito ao papel estratégico do Estado, como a retomada de investimentos privados através da implantação do projeto da PPP (Parceria Público Privado); o fortalecimento da competitividade sistêmica; a dinamização das regiões pouco desenvolvidas do Estado; a eliminação dos obstáculos às atividades econômicas; a desburocratização, incentivo e apoio aos micros e pequenos negócios; a identificação e dinamização dos Arranjos Produtivos Locais (APL's); as estratégias para abertura de novos mercados para intensificar as exportações; o aumento da oferta de financiamentos para o setor produtivo e a maior interação entre o setor produtivo e as Universidades e Institutos de Pesquisas.

O Conselho Consultivo deverá aprovar uma agenda de reuniões temáticas, audiências públicas e seminários a serem realizados no 1º semestre de 2004 para a atualização dos diagnósticos e apresentação de novas alternativas para o desenvolvimento de São Paulo. Algumas tarefas já se mostram prioritárias, tais como: a organização de seminários e debates sobre temas como Arranjos Produtivos Locais, Agências de Desenvolvimento Regional, Parcerias Público-Privadas (PPP) e Plano Estadual de Educação; o mapeamento das Agências de Desenvolvimento Regional já existentes; o incentivo à criação de novas Agências; a incorporação das Agências de Desenvolvimento no Conselho Consultivo do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado.

ANEXO 1

---

***DEMANDAS ORGANIZADAS  
POR COMISSÕES TEMÁTICAS***

## DEMANDAS DA ÁREA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

REGIÕES	DEMANDAS
ABC	Redução dos entraves burocráticos aos agronegócios.
ARAÇATUBA	Aplicar a tecnologia na agricultura. Maior investimento na pecuária da região. Maior investimento no setor canavieiro. Regulamentação do código da pesca. Intensificar os projetos de desenvolvimento regional com os produtores.
ARARAQUARA	Fortalecer a agricultura familiar na região. Galpões de agronegócios com assistência técnica.
BARRETOS	Política agrícola para a região. Incentivos aos pecuaristas. Fomento à atividade da pesca. Apoio para o setor exportador de carne bovina.
BAURU	Criação de um centro da APTA para promover a fruticultura regional.
CAMPINAS	Política de incentivo à agroindústria e à agricultura. Melhorar o funcionamento da Casa da Agricultura. Fomentar o setor de agronegócio.
FRANCA	Priorizar projetos de agropecuária na ALESP para o desenvolvimento da região. Reduzir impostos para aumentar competitividade da agropecuária. Fortalecer setor exportador de café. Fortalecer agronegócios (agregar valor aos produtos).
PRESIDENTE PRUDENTE	Apoiar o pequeno agricultor e capacitá-lo no uso e manejo do solo, evitando assoreamento dos rios. Desenvolvimento da cadeia de couro desde o abate, produção, transporte, até o tratamento e exportação.
REGISTRO	Criar na região um programa específico de apoio à agricultura familiar.
RIBEIRÃO PRETO	Instalação de galpões de agronegócios em Cajuru. Criação de consórcio de empresas de agronegócios na região. Elaboração de um Plano Diretor Rural.
SANTOS	Desenvolvimento agropecuário. Incentivo às culturas de raízes.
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Valorização de agricultura familiar. Construção de entreposto na margem da Tamoios, em Paraibuna, para comercialização de horti-frutis. Programa Viva Leite. Recursos para a agricultura da região.
SOROCABA	Fomentar a agricultura familiar como principal atividade econômica da região.

## DEMANDAS DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

REGIÕES	DEMANDAS
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Poupatempo de São José dos Campos. Poupatempo de Guaratinguetá.

## DEMANDAS DA ÁREA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

REGIÕES	DEMANDAS
CAMPINAS	Investimentos para a Região Metropolitana de Campinas.
OSASCO	Regulamentação da Região Metropolitana da Grande São Paulo.
SANTOS	Cooperação metropolitana.
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba.

## DEMANDAS DA ÁREA DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

REGIÕES	DEMANDAS
BAURU	Apoio à integração dos municípios da região.
RIBEIRÃO PRETO	Apoio à integração dos municípios da região.
SANTOS	Apoio à integração dos municípios da região.
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Negociação com os pequenos municípios (com menos de 15 mil habitantes) inadimplentes.
SOROCABA	Apoio à integração dos municípios da região.

## DEMANDAS DA ÁREA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

REGIÕES	DEMANDAS
ARAÇATUBA	Criação de uma comissão permanente para discussão de desenvolvimento regional.
CAMPINAS	Ação mais efetiva do Estado em relação às invasões/ocupações de terra.
PRESIDENTE PRUDENTE	Maior ação e agilidade do Estado em relação aos conflitos fundiários. Incentivo a assentamentos. Legalização de terras devolutas. Legalização das terras do Pontal do Paranapanema.
REGISTRO	Regularização fundiária. Maior eficiência do Judiciário e do Ministério Público.
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Regularização das áreas remanescentes de quilombos em Ubatuba. Instalação de mais varas criminais no Fórum de São José dos Campos. Instalação da Defensoria Pública.

## DEMANDAS DA ÁREA DE CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

REGIÕES	DEMANDAS
ABC	Implementação de Centros Setoriais de Pesquisa, Desenvolvimento e Difusão Tecnológica.
BARRETOS	Acesso às pesquisas tecnológicas.
CAMPINAS	Implantação de Centros de pesquisas. Programa de apoio tecnológico.
MARÍLIA	Programa de apoio tecnológico. Desenvolvimento de um polo tecnológico na área de biotecnologia e agronegócios.
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Instalação de um laboratório de certificação de qualidade <i>in natura</i> e de processamento industrial de animais e vegetais para exportação. Instalação de laboratório de certificação de alimentos na UNESP de São José do Rio Preto.

## DEMANDAS DA ÁREA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

REGIÕES	DEMANDAS
ARAÇATUBA	Apoio à criação de uma agência regional para maior mobilização dos diversos municípios na busca de soluções para problemas comuns.
ARARAQUARA	Apoio na criação da Agência Regional de Desenvolvimento da Região Central, que se encontra em andamento.
BAURU	Fortalecimento de políticas de desenvolvimento regional.
CAMPINAS	Política de planejamento regional.
FRANCA	Tornar os consórcios figuras jurídicas com possibilidade de acesso a recursos econômicos.
REGISTRO	Acelerar a liberação de recursos do fundo de desenvolvimento regional.
RIBEIRÃO PRETO	Apoio na criação de uma Agência de Desenvolvimento da Micro-região de Cajuru com os seis municípios.
SOROCABA	Unificar consórcios existentes em uma Agência Regional de Desenvolvimento. Criar a 16ª Região Administrativa do Estado (de Itapeva) com o desmembramento das Regiões de Governo de Itapeva, Itararé e Itapetininga da 4ª Região Administrativa do Estado (Sorocaba).

## DEMANDAS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

REGIÕES	DEMANDAS
ABC	Implantação de cursos técnicos na região. Implantação de universidade pública na região.
ARAÇATUBA	Criação da faculdade de medicina de Araçatuba.
ARARAQUARA	Ampliação dos investimentos na UNESP de Araraquara.
BARRETOS	Instalar uma Fatec e um campus da UNESP na região. Formação e qualificação de mão de obra.
BAURU	Instalação de Faculdade de medicina ligada à USP ou UNESP. Implantação de escolas profissionalizantes na região. Valorização dos profissionais da Educação.
CAMPINAS	Criação de um curso superior de moda. Implantação de uma faculdade de tecnologia (FATEC). Definição das estruturas curriculares das instituições de Ensino em conjunto com a sociedade ex: logística de transporte. Implantação de uma faculdade pública na Região de São João da Boa Vista na área de agronegócios.
FRANCA	Apoio à Universidade Municipal de Franca. Universidade Pública (implantar campus da UNESP). Melhoria e avaliação da qualidade do ensino público. Governo Estadual assumir a merenda das escolas estaduais. Adequar ensino da UNESP à realidade regional. Implantação de ensinos técnico e tecnológico voltado para a região. Aumentar a jornada das crianças nas escolas públicas para combater preventivamente a criminalidade.
MARÍLIA	Criação de cursos universitários gratuitos para formação de tecnólogos. Capacitação e valorização dos docentes. Implantação de escolas profissionalizantes na região. Expansão do ensino tecnológico de nível superior para atrair empresas de alta tecnologia. Vincular a faculdade de medicina e enfermagem a uma universidade pública estadual. Instalação de uma FATEC especializada na indústria de alimentos (130 indústrias de alimentação na região).
OSASCO	Implantação de uma Faculdade de Tecnologia - FATEC no município de Carapicuíba. Implantação de campus da UNESP na região.
PRESIDENTE PRUDENTE	Implantação de escolas profissionalizantes na região. Ampliação os investimentos na área de educação. Criação de novos campi da UNESP e FATEC.
REGISTRO	Implantação de universidade pública na região. Curso superior de agronomia. Curso superior de oceanografia. Implantação de uma escola técnica de nível médio na região.

## DEMANDAS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

REGIÕES	DEMANDAS
RIBEIRÃO PRETO	<p>Instalação de uma escola Técnica Estadual do Centro Paula Souza na cidade de Cravinhos.</p> <p>Ensino técnico profissionalizante com perfil regional.</p> <p>Expansão do ensino tecnológico de nível superior para atrair empresas de alta tecnologia.</p> <p>Criação de curso superior de tecnólogo moveleiro.</p>
SANTOS	<p>Ensino técnico profissional.</p> <p>Capacitação profissional para pesca.</p> <p>Capacitação profissional para indústria.</p> <p>Desburocratização para o acesso ao crédito estudantil.</p> <p>Instalação de Universidade pública na Baixada Santista uma vez que a oferta de ensino superior é totalmente privada.</p>
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	<p>Ensino técnico para qualificação de mão de obra.</p>
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	<p>Implantação de uma universidade pública na região.</p> <p>Criação de cursos técnicos na região.</p> <p>Implantação de escola profissionalizante em Caraguatatuba.</p> <p>Atenção às redes municipais do Litoral Norte (crescimento demográfico de 10% ao ano).</p> <p>Transporte de alunos dos cursos fundamentais.</p> <p>Passê escolar intermunicipal para estudantes dos pequenos municípios.</p> <p>Criação de curso técnico na área de turismo em parceria com o Centro Paula Souza.</p> <p>Implantação de FATEC no município de São José dos Campos.</p> <p>Transformação da Faculdade Estadual de Engenharia Química de Lorena (Faenquil) em USP com mais cursos e vagas.</p> <p>Implantação de Escola Técnica e Faculdade de Tecnologia na região.</p> <p>Construção da sede própria para a FATEC de Guaratinguetá.</p> <p>Agilizar a construção da unidade educacional para adolescentes autores de atos infracionais em São José dos Campos.</p> <p>Investimentos na informatização do Ensino Médio.</p> <p>Criação da disciplina de Direitos Humanos nas escolas públicas.</p>
SOROCABA	<p>Implantação de Universidades estaduais e federais.</p> <p>Instalar FATEC's nos municípios de Itapetininga, Capão Bonito e Itapeva.</p> <p>Capacitação de mão de obra para jovens de 15 a 24 anos.</p> <p>Implantação de classe descentralizada da ETE de Sorocaba em Capela do Alto.</p>

## DEMANDAS DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

REGIÕES	DEMANDAS
ABC	<p>Maior empenho do Estado na questão sócio-cultural-ambiental.</p> <p>Mudança nas leis de mananciais.</p>
CAMPINAS	<p>Ação do Estado contra a degradação ambiental.</p> <p>Apoio na recuperação dos órgãos de fiscalização ambiental, que se encontram sucateados.</p> <p>Políticas públicas que apoiem a expansão da utilização do gás natural.</p> <p>Investimento na capacidade de fiscalização ambiental sobre loteamentos de terras agrícolas.</p> <p>Aparelhamento da CETESB, DAEE, DPRN.</p>
OSASCO	<p>Mudança na legislação ambiental para favorecer o desenvolvimento dos municípios da região.</p> <p>Recomendação para que a ALESP derrube o veto do Governador referente aos novos empreendimentos nas áreas de proteção ambiental.</p>
REGISTRO	<p>Política ambiental.</p> <p>Restrição ocupacional do solo (Parque Estadual do Jacupiranga).</p>
RIBEIRÃO PRETO	<p>Instalação de gasoduto para a região.</p> <p>Recursos da área ambiental para implantação de depósito de resíduos industriais.</p>
SANTOS	<p>Investimentos em pesquisas e estudos ambientais.</p>
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	<p>Apoio ao reflorestamento e certificação de madeiras para produção e exportação de móveis.</p>
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	<p>Maior adequação da legislação ambiental às propriedades existentes, devido às dificuldades de enquadramento.</p> <p>Intensificação dos programas de microbacias.</p> <p>Reconhecimento de quilombos e moradores antigos (com mais de 200 anos) em zonas estritamente de preservação.</p> <p>Ação do Estado contra a ocupação irregular das encostas no Litoral Norte.</p>
SOROCABA	<p>Ação contra loteamentos clandestinos que estão destruindo os mananciais.</p> <p>Proibir a expansão das área de reflorestamento.</p>

## DEMANDAS DA ÁREA DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

REGIÕES	DEMANDAS
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	<p>Saneamento básico em Ubatuba.</p> <p>Programa de habitação popular para a região.</p>
SOROCABA	<p>Expansão dos programas de eletrificação rural a custos subsidiados.</p>

## DEMANDAS DA ÁREA DE PROMOÇÃO SOCIAL

REGIÕES	DEMANDAS
FRANCA	Otimizar ações estaduais nos moldes das entidades filantrópicas. Combater exploração sexual de crianças e adolescentes. Ampliar os investimentos em ações sociais nos pequenos municípios.
SANTOS	Investimentos em ações sociais para a terceira idade.
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Ampliação de convênios do Estado com instituições sociais.

## DEMANDAS DA ÁREA DE SAÚDE

REGIÕES	DEMANDAS
ABC	Ampliar investimentos em medicina preventiva.
ARAÇATUBA	Expansão do número de leitos da Santa Casa de Araçatuba.
BARRETOS	Aumento do número de profissionais na área de saúde. Incorporar o IPRS no critério de transferência dos recursos do Qualis para os Municípios paulistas.
BAURU	Criação de um centro de excelência em saúde. Implantação de Hospital Universitário vinculado à universidade estadual.
FRANCA	Implantação de um Hospital Regional. Apoio aos hospitais do câncer e do coração da região. Descentralização dos serviços de saúde do estado para redução de custos
MARÍLIA	Vincular o Hospital das Clínicas à Secretaria Estadual de Saúde.
OSASCO	Otimização dos investimentos em saúde.
PRESIDENTE PRUDENTE	Ampliação dos investimentos na área da saúde.
REGISTRO	Reforçar o Programa QUALIS na região.
RIBEIRÃO PRETO	Apoio ao consórcio da Indústria Médico-Odontológica da região, com incentivo à compra de equipamentos e isenção de impostos para exportação. Investimentos na área de saúde para combater a crise em hospitais filantrópicos.
SANTOS	Investimentos na área de saúde pública, com ampliação do número de leitos e de pessoal qualificado. Instalação de Unidades Regionais de Saúde.
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Hospital Regional. Definição dos atendimentos compatíveis com os pequenos municípios (SUS). UTI para a Santa Casa de Pindamonhangaba. Melhorar atendimento no Hospital dos Servidores Públicos. Ampliação de convênios do Iamspe com Hospitais Filantrópicos.
SOROCABA	Transformar a Santa Casa de Itapeva em Hospital Regional. Implantar o Programa QUALIS em todos os municípios da região.

## DEMANDAS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

REGIÕES	DEMANDAS
ABC	Ampliação dos investimentos em ações de segurança.
ARARAQUARA	Ampliação dos investimentos em ações de segurança.
CAMPINAS	Aumento dos investimentos em efetivos e equipamentos policiais para enfrentar o crime organizado. Reforço policial na zona rural.
PRESIDENTE PRUDENTE	Melhoria da segurança, tendo em vista a instalação de novos presídios.
RIBEIRÃO PRETO	Ampliação dos investimentos em ações de segurança.
SANTOS	Ampliação dos investimentos em segurança para população e turistas.
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Ações de segurança, tendo em vista a sazonalidade das cidades turísticas do litoral. Investimentos em segurança para favorecer o desenvolvimento de cidades como São José dos Campos, Jacareí, Campos de Jordão e Litoral Norte. Implantação de IML para São José dos Campos. Distrito policial na Região do Galo Branco. Aumento do efetivo da Polícia Militar em Tremembé.
SOROCABA	Ampliação dos investimentos em ações de segurança. Extensão da ronda escolar para todos os municípios da região.

## DEMANDAS DA ÁREA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

REGIÕES	DEMANDAS
ABC	Moção solicitando mudanças na legislação trabalhista.
CAMPINAS	Moção solicitando mudanças na legislação trabalhista.
FRANCA	Incentivo à geração de emprego no comércio local. Moção solicitando mudanças na legislação trabalhista.
PRESIDENTE PRUDENTE	Incentivo à geração de empregos na região.
REGISTRO	Instalação do Banco do Povo.
RIBEIRÃO PRETO	Instalação do Banco do Povo.
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Investimentos em capacitação de trabalhadores na região. Incentivo à geração de empregos em Roseira.

## DEMANDAS DA ÁREA DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

REGIÕES	DEMANDAS
ABC	Investimentos em infra-estrutura viária. Implantação da Asa Sul do Ferroanel. Revitalização do Sistema Ferroviário. Transporte coletivo para o desenvolvimento do turismo.
BARRETOS	Recuperação e melhoria das estradas da região.
BAURU	Melhoria da infra-estrutura na região para implantação do entroncamento multimodal. Rever a privatização da rede ferroviária e ampliar o número de vagões para transporte de soja. Estudar o problema do monopólio de empresas de transporte aéreo na região.
CAMPINAS	Promoção da intermodalidade com ênfase na expansão do aeroporto internacional de Viracopos, a fim de consolidar a região como grande entroncamento multimodal. Revitalização das ferrovias para transporte de carga e de passageiros. Implantação de porto seco em Casa Branca para escoamento da produção.
CENTRAL	Melhoria das estradas vicinais na Região. Desmembramento do pedágio Araraquara/Matão.
MARÍLIA	Duplicação da Rodovia Marília-Bauru. Estadualização da BR-153. Reativação da Estrada de ferro Alta Paulista para transporte de carga e de passageiros. Ampliação do aeroporto de Marília. Fomento à intermodalidade na hidrovía Tietê - Paraná. Melhoria das estradas que ligam as regiões geograficamente situadas "abaixo" do rio Tietê. Estudar o problema do monopólio de empresas de transporte aéreo na região.
OSASCO	Investimentos na Hidrovía Tietê-Paraná. Investimentos na Hidrovía Tietê-Penha. Complementação das marginais Capital/Barueri.
PRESIDENTE PRUDENTE	Investimentos em infra-estrutura viária. Duplicação da Rodovia Raposo Tavares. Diminuir a carga tributária para viabilizar a ocupação do potencial da hidrovía Tietê-Paraná. Diminuição do número de pedágios.

## DEMANDAS DA ÁREA DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

REGIÕES	DEMANDAS
REGISTRO	<p>Acelerar as obras de duplicação da Rodovia Regis Bittencourt. Projeto autorizado por órgãos ambientais para abertura e conservação de estradas vicinais.</p>
RIBEIRÃO PRETO	<p>Internacionalização do aeroporto local. Melhorar a malha viária.</p>
SANTOS	<p>Projeto de conversão do antigo terminal da Usiminas em agroporto. Obras complementares no sistema Anchieta-Imigrantes para melhor distribuição do tráfego. Principal obra: Santos-São Vicente. Instalação de um centro de Logística de Transportes. Projeto de conversão da zona retroportuária de Santos em pólo de processamento de cargas para exportação. Esta iniciativa é considerada importante para aumentar o valor agregado das exportações e recuperar empregos perdidos com o processo de modernização do porto. Regionalização do porto de Santos. Extensão do Trem Intermunicipal - TIM até Peruíbe (o atual projeto prevê sua chegada em Itanhaém). Ativação e melhoria das ferrovias. Construção do túnel entre Santos e Guarujá. Investimento na área de estradas como perimetral/rodoanel/ferroanel. Rodoanel com integração logística para porto. Ferroanel com integração logística para porto. Sanar as deficiências do transporte integrado. Definição de retroporto para indústria.</p>
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	<p>Diminuir o número de pedágios. Financiamento para complementação do anel viário. Estadualização da BR 153. Investimento no transporte hidroviário/ferroviário. Duplicação da rodovia Raposo Tavares. Recuperação da infra-estrutura de transporte regional. Manutenção da Ponte Ferroviária São Paulo- Mato Grosso. Revitalização da estrada de ferro para transporte de carga e de passageiros. Ampliação do aeroporto de São José do Rio Preto. Fomento à intermodalidade na hidrovía Tietê - Paraná.</p>

## DEMANDAS DA ÁREA DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

REGIÕES	DEMANDAS
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	<p>Melhoria na malha viária.                      Investimentos em rodovias no fundo do Vale do Paraíba.                      Disciplinamento e estruturação do setor de transportes de cargas.                      Internacionalização do aeroporto de São José dos Campos.                      Melhorias e ampliação no Porto de São Sebastião.                      Aeroporto Regional no Litoral (pavimento do aeroporto de Ubatuba).                      Terminal intermodal de transportes.                      Melhoria das rodovias dos Tamoios, Oswaldo Cruz e de Campos do Jordão.                      Melhoria no Transporte ferroviário de carga e de passageiros.                      Acesso a Santo Antonio do Pinhal e ao sul de Minas.                      Duplicação da Rodovia dos Tamoios.                      Transporte de cabotagem e política de pesca.                      Melhorias na Estrada Velha Rio - São Paulo, trecho entre São José dos Campos e Jacarei.                      Melhorar o acesso rodoviário ao município de Cruzeiro.                      Construção de viaduto em Pindamonhangaba.                      Duplicação da SP-62 entre Pindamonhangaba e Roseira.                      Construção de viaduto sobre a Dutra na altura da Transzero - São José dos Campos.                      Construção de pontes em Paraibuna.                      Repasse de recursos para investimentos na SP-50 no município de São José dos Campos.</p>
SOROCABA	<p>Duplicação das rodovias SP-258, entre Capão Bonito e Itararé, e SP -270, entre Sorocaba e Itapetininga (Rodovia Marechal Rodon).                      Melhorar a infra-estrutura viária principalmente nos municípios do Vale do Ribeira.                      Revitalização do transporte ferroviário de carga e de passageiros.                      Conservação da rodovia SP 249.                      Conservação da rodovia SP 250.                      Conservação da rodovia SP 165.                      Conservação da estrada SP - 79 Piedade-Sorocaba.                      Duplicar a rodovia SP-258 no trecho entre Capão Bonito e Itararé.                      Duplicar a rodovia SP-270 no trecho entre Sorocaba e Itapetininga.                      Determinar estudos de viabilidade para a abertura de uma nova rodovia interligando Capão Bonito à Registro.                      Conservação de malha viária.                      Pavimentação da rodovia entre Ribeirão Branco e Apiaí.                      Diminuição do custo de transporte até a Capital do Estado.</p>

## DEMANDAS DA ÁREA DE TURISMO

REGIÕES	DEMANDAS
ABC	Ação conjunta entre Estado e Município para o turismo na região. Elaboração e Implantação do Plano Estadual de Turismo. Melhor aproveitamento do potencial turístico da represa Billings, principalmente em esportes aquáticos.
ARAÇATUBA	Publicidade para divulgação do potencial turístico. Investimentos em infra-estrutura e segurança para o desenvolvimento do turismo. Melhorar a exploração do potencial turístico de negócios, de aventura e de esportes náuticos da região. Transformação do Município de Araçatuba em estância turística.
BAURU	Transformar Bauru em grande centro de exposições agropecuárias e industriais. Transformação em estância turística de alguns municípios da região de Bauru. Criação de agência de turismo regional.
CAMPINAS	Incentivo ao turismo rural. Apoio à divulgação do agroturismo na mídia local. Implantação do Projeto de desenvolvimento turístico da área rural - Projeto Serra Paulista. Incentivo ao turismo de negócios e lazer.
FRANCA	Transformação do Município de Rifaina em estância turística. Recursos em infra-estrutura para turismo. Desenvolver turismo regional para explorar recursos naturais da região. Valorizar o artesanato da região para exportação. Investir em logística para ecoturismo.
MARÍLIA	Investimento no setor hoteleiro.
OSASCO	Investimento em infra-estrutura para o turismo de romeiros em Pirapora do Bom Jesus.
PRESIDENTE PRUDENTE	Apoio ao desenvolvimento do turismo regional. Transformação do Município de Rosana em estância turística.
REGISTRO	Infra-estrutura para turismo e ecoturismo. Desenvolvimento do turismo na região com a criação, por lei estadual, da figura da Estância Ecológica, na qual se enquadrariam diversos municípios da Região que contam com grandes áreas com cobertura vegetal nativa e com áreas de proteção ambiental.
RIBEIRÃO PRETO	Plano regional integrado para o turismo.
SANTOS	Apoio para o desenvolvimento do turismo histórico e ecológico. Plano Diretor para o desenvolvimento do turismo regional.
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Infra-estrutura para o desenvolvimento do turismo.
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Infra-estrutura para o desenvolvimento do turismo. Criação de selo de qualidade do artesanato paulista. Criação de cursos para melhorar o atendimento aos turistas. Apoio para a implantação de espaço para feiras, convenções e exposições.
SOROCABA	Aproveitamento do potencial turístico da região e implantação do Projeto Rota dos Tropeiros. Fomento ao desenvolvimento do turismo. Transformação do Município de Itapirai em estância turística .

## ANEXO 2

---

# **GRÁFICOS – POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO POR ÁREA DE ATIVIDADE**

## POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

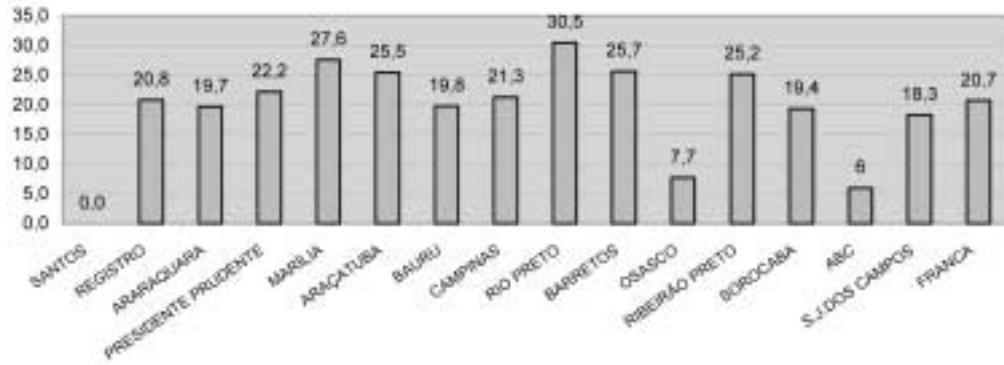
REGIÕES DE SANTOS, REGISTRO, ARARAQUARA, PRESIDENTE PRUDENTE, MARÍLIA, ARAÇATUBA,  
BAURU, CAMPINAS, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, BARRETOS, OSASCO, RIBEIRÃO PRETO

2003

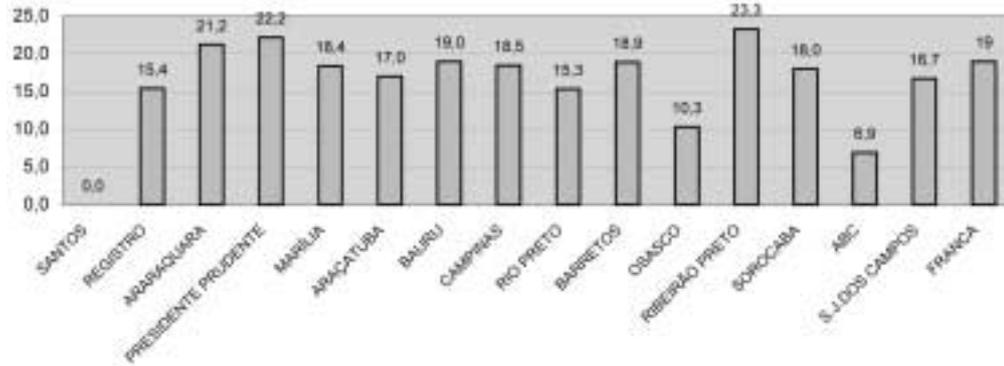
Como você classificaria o potencial de desenvolvimento das seguintes atividades em sua região?

	SANTOS	REGISTRO	ARARAQUARA	PRESIDENTE PRUDENTE	MARÍLIA	ARAÇATUBA	BAURU	CAMPINAS	RIO PRETO	BARRETOS	OSASCO	RIBEIRÃO PRETO	SOROCABA	ABC	S.J.DOS CAMPOS	FRANCA
Agricultura	0.0	20.8	19.7	22.2	27.6	25.5	19.8	21.3	30.5	25.7	7.7	25.2	19.4	6	18.3	20.7
Agroindústria	0.0	15.4	21.2	22.2	18.4	17.0	19.0	18.5	15.3	18.9	10.3	23.3	18.0	6.9	16.7	19
Indústria da pesca	22.9	15.4	4.5	7.9	1.0	12.8	6.3	2.8	3.4	8.6	2.6	2.5	4.3	7.8	3.3	8.6
Indústria extrativa mineral	6.3	13.1	6.1	5.6	0.0	2.1	3.2	4.9	6.8	2.9	33.0	2.5	16.5	3.4	3.3	3.4
Indústrias simples, de pequeno porte	25.0	16.2	21.2	23.8	21.4	20.2	21.4	19.9	23.7	19.4	3.0	21.4	21.6	26.7	18.3	20.7
Indústrias mais complexas, de grande porte	20.8	0.0	19.7	4.8	19.4	9.6	15.9	19.2	11.9	10.9	28.2	13.8	9.4	29.3	20	12.1
Turismo	25.0	19.2	7.6	13.5	12.2	12.8	14.3	13.6	8.5	13.7	15.4	11.3	10.8	19.8	20	15.5
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	99.9	99.9	100

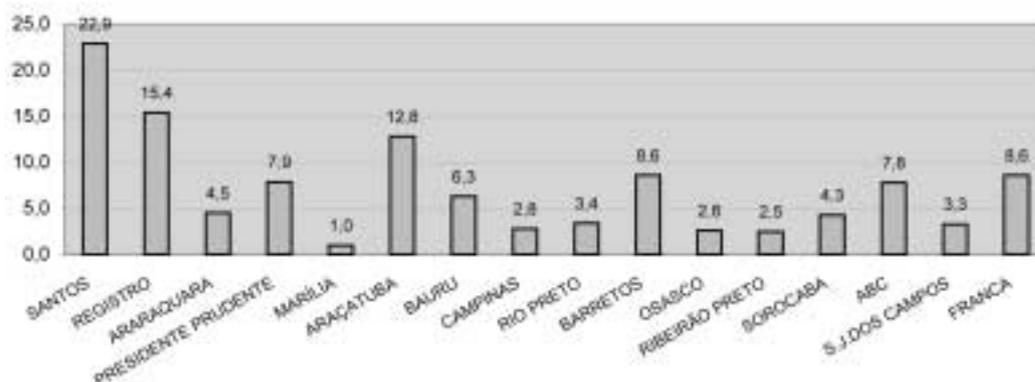
### POTENCIAL DA AGRICULTURA NAS REGIÕES



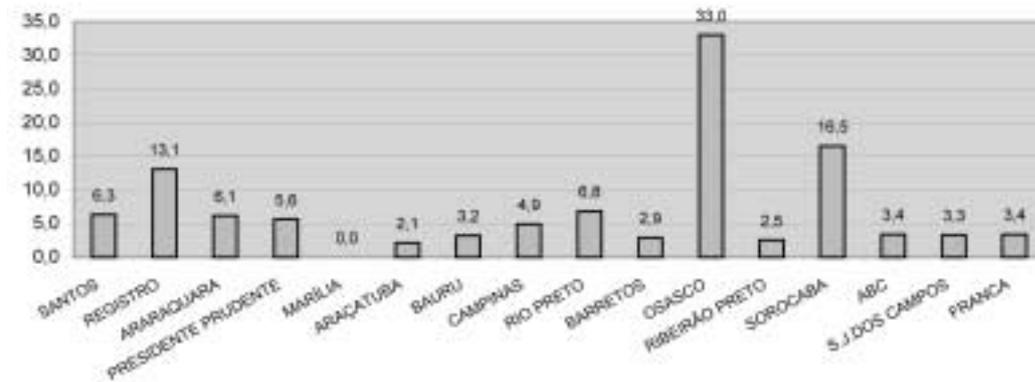
### POTENCIAL DA AGROINDÚSTRIA NAS REGIÕES



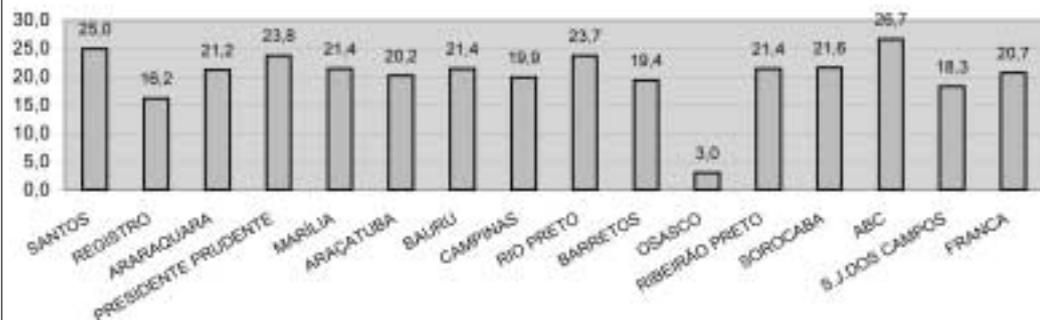
### POTENCIAL DA INDÚSTRIA DA PESCA NAS REGIÕES



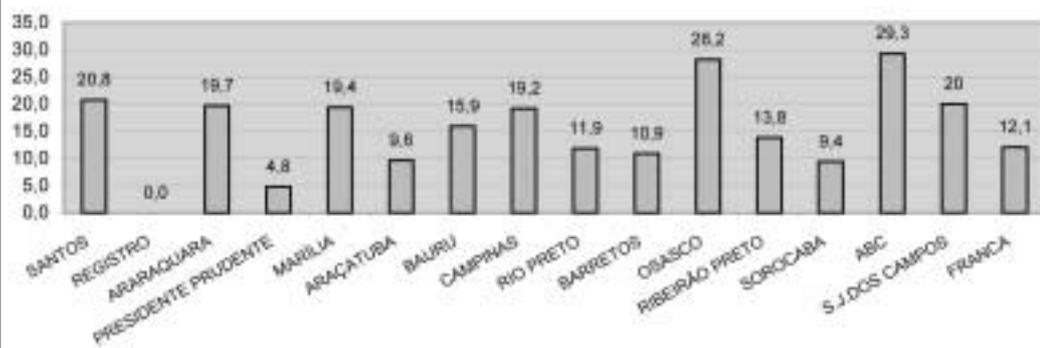
### POTENCIAL DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL NAS REGIÕES



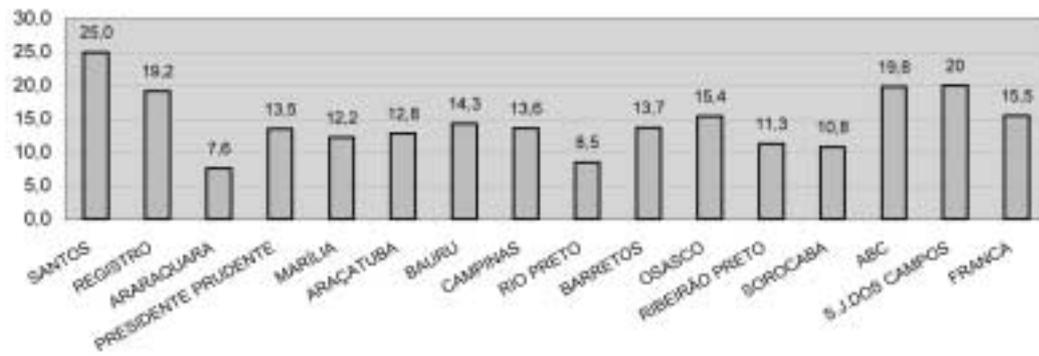
### POTENCIAL DAS INDÚSTRIAS SIMPLES, DE PEQUENO PORTE NAS REGIÕES



### POTENCIAL DAS INDÚSTRIAS MAIS COMPLEXAS, DE GRANDE PORTE NAS REGIÕES



### POTENCIAL DE TURISMO NAS REGIÕES





# RESOLUÇÃO Nº 831

05/09/2003

*Institui o Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado do Estado de São Paulo, com sede na Assembléia Legislativa e estabelece sua organização.*

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da XI Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

**Artigo 1º** - Fica instituído o Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado do Estado de São Paulo, com sede na Assembléia Legislativa.

**Artigo 2º** - O Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado do Estado de São Paulo realizará as seguintes atividades:

I – promoção de estudos e definição de projetos voltados ao desenvolvimento econômico sustentável do Estado de São Paulo, notadamente quanto à:

- a) criação de condições institucionais estáveis e de segurança com vistas à atração de investimentos privados;
- b) estimulação da competitividade dos sistemas de produção estabelecidos em território estadual;
- c) dinamização das Regiões do Estado economicamente deprimidas;

- d) eliminação de obstáculos às atividades econômicas;
  - e) desburocratização, incentivo e apoio aos micros e pequenos negócios, com o objetivo de ampliar as oportunidades e abrir novos postos de trabalho;
  - f) identificação e dinamização das cadeias e dos setores produtivos regionais;
  - g) adoção de estratégias para abertura de novos mercados, formação de blocos regionais de comércio e definição de ações para intensificar as exportações;
  - h) maximização da oferta de financiamentos para o setor produtivo;
  - i) aproximação das universidades e maior articulação entre as atividades produtivas e os centros de produção e difusão de ciência e tecnologia;
- II – busca da interação do Poder Legislativo com os segmentos da sociedade envolvidos nos processos de alavancagem do desenvolvimento econômico;
- III – promoção de integração e articulação de representantes das diversas regiões do Estado em discussões temáticas, e a indicação de medidas efetivas a serem implementadas;
- IV – reuniões regionais voltadas à discussão sobre o Plano Plurianual, com base na estruturação de fatores estratégicos e vocações regionais de desenvolvimento, realizadas mediante metodologia desenvolvida para a Assembléia Legislativa;
- V – discussão prévia, envolvendo as diversas Regiões do Estado, visando a reunião de subsídios para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- VI – propor soluções, sugerir proposições legislativas e ações aos Poderes competentes concernentes às políticas públicas e alocação de recursos;
- VII – incentivo ao debate em caráter regional, com a participação da sociedade, inclusive mediante a realização de audiências públicas, especialmente aquelas com vistas ao desenvolvimento estadual;
- VIII – realização de atividades em parceria com os conselhos municipais e regionais;
- IX – divulgação do Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, criado pela Lei nº

10.765, de 19 de fevereiro de 2001, e discussão sobre os relatórios técnicos gerados com fundamento em seus dados;

X – promoção do intercâmbio com instituições públicas ou privadas, visando a obtenção e utilização de maiores dados para a realização dos trabalhos;

**Parágrafo único** – O disposto nos incisos de I a X deste artigo não substituem, prejudicam ou eliminam as competências regimentais e constitucionais das Comissões Permanentes e Temporárias, e nem aquelas dos Departamentos e Divisões da Assembléia Legislativa previstas na Resolução nº 776, de 1996 e nos Atos nº 26, de 1996 e nº 1, de 1997, da Mesa, que dão suporte ao processo legislativo.

**Artigo 3º** - O Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado do Estado de São Paulo realizará suas atividades e elaborará seus relatórios, bases de dados, publicações e sugestões, com o auxílio do Instituto do Legislativo Paulista, norteados pelas seguintes diretrizes:

I – foco em ações estruturais voltadas para elaboração de propostas e medidas a serem implementadas a médio e longo prazo;

II – articulação estreita com as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa;

III – abordagem estratégica das atividades, com vistas a um plano diretor de desenvolvimento integrado;

IV – ampliação da participação dos cidadãos e fortalecimento da democracia participativa;

V – interação, parceria e concertação com iniciativas da sociedade civil organizada;

VI – publicidade e transparência de todos os seus atos.

**Artigo 4º** - O Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado do Estado de São Paulo será organizado de acordo com a seguinte estrutura:

I – órgão deliberativo;

II – Conselho Consultivo;

III – Secretaria Executiva;

**Artigo 5º** - O órgão deliberativo será integrado por:

I – membros da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa;

II – Presidentes ou Vice-Presidentes das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa;

§ 1º - Na impossibilidade dos Presidentes ou Vice-Presidentes das Comissões se fazerem presentes nas reuniões ou audiências públicas regionais, estes indicarão deputados integrantes das respectivas Comissões para substituí-los.

§ 2º - Dentre os integrantes das Comissões Permanentes participantes do Fórum Legislativo serão por elas mesmas indicados os respectivos Relatores Temáticos, quando houver necessidade.

§ 3º - Definidos os temas que serão objeto de análise, discussão e deliberação do Fórum Legislativo, os Relatores Temáticos encarregar-se-ão de desenvolvê-los, mediante os trabalhos programados, concluindo os Relatórios Temáticos, observado o cronograma e ouvido o Conselho Consultivo.

§ 4º - A instalação dos trabalhos do Fórum Legislativo dar-se-á imediatamente após a publicação desta Resolução.

**Artigo 6º** - A Presidência e a 1ª e a 2ª Vice-Presidência do Fórum serão exercidas, respectivamente, pelo Presidente e 1º e 2º Secretário da Assembléia Legislativa.

**Artigo 7º** - O Conselho Consultivo será integrado por:

I – representantes de organizações não-governamentais – ONGs, cuja missão principal é de alavancar o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental;

II – representantes de entidades pertencentes aos diversos setores da sociedade civil, que possam contribuir com o crescimento sustentado;

III – personalidades de destaque na sociedade, que tenham efetivamente contribuído para o desenvolvimento econômico do Estado.

§ 1º - Os integrantes do Conselho Consultivo serão nomeados pelo Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, podendo acolher indicações sugeridas pelos membros do Fórum;

§ 2º - Caberá ao Conselho Consultivo opinar sobre a escolha dos temas dos trabalhos e os respectivos relatórios, bem como organizar reuniões periódicas com os representantes dos setores produtivos e de serviços, com vistas à consecução dos objetivos dispostos no artigo 2º, I.

**Artigo 8º** - A Secretaria Executiva será integrada por técnicos indicados pelas seguintes unidades da Assembléia Legislativa, sem prejuízo de suas funções:

I – Presidência;

II – 1ª Secretaria;

III – 2ª Secretaria;

IV – Secretaria Geral Parlamentar;

V – Secretaria Geral de Administração;

VI – Procuradoria;

VII – Instituto do Legislativo Paulista;

VIII – Serviço Técnico de Cerimonial.

§ 1º - A coordenação da Secretaria Executiva caberá ao técnico indicado pela Presidência.

§ 2º - As atribuições da Secretaria Executiva serão disciplinadas por ato de Mesa da Assembléia Legislativa.

**Artigo 9º** - As informações colhidas no âmbito do Fórum Legislativo, inclusive em reuniões regionais, tornar-se-ão públicas, serão amplamente divulgadas e alimentarão um Banco de Dados Estratégicos do Departamento de Documentação e Informação - DDI, da Assembléia Legislativa, com o objetivo de enriquecer, auxiliar e dinamizar os trabalhos das Comissões Permanentes e Temporárias.

§ 1º - O Banco de Dados estará disponível, também, pela Rede Internacional de Computadores - "INTERNET", em sítio gerenciado pela Assembléia Legislativa.

§ 2º - À Divisão de Informática, do Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional da Assembléia Legislativa, caberá desenvolver e gerenciar o Banco de Dados, a partir das informações recebidas, bem como o sítio do Fórum Legislativo na "INTERNET".

**Artigo 10** - As reuniões do Fórum Legislativo serão públicas e realizadas na periodicidade deliberada pela Mesa Diretora, ouvidos os Presidentes das Comissões.

§ 1º - Qualquer Deputado da Assembléia Legislativa poderá usar da palavra durante os trabalhos do Fórum, pelo tempo consignado no §1º do artigo 56 da XI Consolidação do Regimento Interno, de 5 (cinco) minutos, facultando-se ao Presidente da Reunião a sua dilação por igual período, conforme o andamento dos trabalhos, respeitando-se os cronogramas.

§ 2º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa poderá autorizar a realização de reuniões do Fórum no Plenário Juscelino Kubitschek em horários não coincidentes com os das Sessões Ordinárias.

§ 3º - As convocações das reuniões do Fórum Legislativo serão publicadas no Diário da Assembléia, com prazo de 3 (três) dias úteis, designando-se sua data, horário, local e objeto, exceto na hipótese de convocação extraordinária, em que os membros serão comunicados por outros meios.

§ 4º - As reuniões do Fórum Legislativo deverão ser antecedidas de distribuição aos participantes de material orientador relacionado ao tema que será debatido.

§ 5º - As instituições e demais participantes das reuniões regionais poderão sugerir à Direção dos trabalhos, temas de interesse público a serem debatidos futuramente.

§ 6º - A pauta temática do Fórum Legislativo, sobre a qual versarão os trabalhos, será ampla e previamente divulgada à sociedade.

**Artigo 11** - Os relatórios de atividades do Fórum Legislativo, com a síntese das conclusões de cada uma de suas reuniões, serão publicados pela Assembléia Legislativa, até 60 (sessenta) dias após a realização da reunião, providenciando-se edições de separatas, em número suficiente, para atender às solicitações dos seus participantes, inclusive às de entidades convidadas a trazer contribuições aos trabalhos.

**Artigo 12** - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Artigo 13** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

Por decisão de sua Mesa Diretora, respaldada pelo Colégio de Líderes, a Instituição deverá desencadear um processo de debates e de recolhimento de contribuições sobre o PPA 2004/2007, bem como irá divulgar o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, criado pela Lei nº 10.765/01. Esse processo de discussão do PPA e de ampla divulgação e incentivo ao uso do IPRS, nas diferentes regiões do Estado, poderá se converter num excelente instrumento de discussões a respeito do desenvolvimento sustentável em São Paulo, ao mesmo tempo em que poderá abrigar uma abrangente abertura do seu leque temático, contemplando os múltiplos requisitos, instrumentos e meios indispensáveis à promoção do desenvolvimento, desde as políticas públicas de caráter estruturador e universal (por exemplo: educação e saúde), passando pela remoção dos gargalos nos campos da infraestrutura econômica e social, até a promoção do combate às desigualdades regionais.

Sob o ponto de vista temático, por outro lado, não se pode perder de vista, num cenário como esse, a transcendência das questões associadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente no tocante à articulação entre as atividades produtivas e os centros de produção e difusão de ciência e tecnologia. Ou, ainda, o das medidas e estímulos requeridos para a dinamização das vocações locais e regionais, a partir do apoio e incentivo ao crescimento dos negócios no âmbito das cadeias produtivas identificadas regionalmente como pólos geradores de crescimento e desenvolvimento.

Além disso, nesse ambiente de debates, as grandes questões macroeconômicas presentes na conjuntura deixarão de exercer o papel de interditos que impedem os avanços das formulações para as etapas posteriores à superação dos constrangimentos inibidores à retomada dos investimentos em larga e crescente escala. Ao contrário, a forte expectativa que acabará sendo criada em torno do papel pró-ativo exercido pelo PPA e pelo IPRS, levará os protagonistas à construção de consensos em torno dos requisitos e instrumentos de retomada do desenvolvimento sustentado para além dos marcos macroeconômicos estritos, ampliando e enriquecendo as contribuições tomadas junto à sociedade para alimentar a tramitação do PPA, ao longo do rito de aprovação a ser cumprido no Legislativo paulista, além de disseminar e incentivar o uso do índice que mede a performance das políticas públicas pelos atores políticos e sociais de todo o território estadual.

Por outro lado, este lócus regional de discussões sobre o PPA 2004/2007 do Estado de São Paulo e o IPRS, pode ser complementado pela instalação de um Fórum Legislativo dedicado ao debate e formulação dos requisitos para a retomada do desenvolvimento econômico sustentável, com objetivos que expressem o seu caráter pós-superação dos atuais dilemas e constrangimentos macroeconômicos, trazendo um elemento de extrema relevância para o enriquecimento do monotônico debate hoje limitado aos aspectos mais centrais e preocupantes da conjuntura de curto prazo.

O principal objetivo que reveste o projeto do Fórum responde ao propósito de identificar, caracterizar, trazer à público e debater o conjunto de temas relevantes para a retomada e sustentação do desenvolvimento econômico no Estado, tendo como diretriz norteadora a promoção do desenvolvimento social.

Com efeito, há uma forte interação entre a iniciativa de se criar um Fórum permanente com as características do que está sendo empreendido, resgatando uma discussão fundamental para a sociedade, qual seja, a da promoção do desenvolvimento econômico sobre bases consistentes, e, por outro lado, associar a divulgação do IPRS a essa fundamental iniciativa. Assim, a Assembléia deixa evidente sobre que tipo de desenvolvimento deverá estar sendo tratado e promovido, subordinando-o à melhoria estrutural e permanente da qualidade de vida da população.

Nesse contexto de alargamento do leque temático e conceitual, como o aqui proposto, a Assembléia Legislativa estará mobilizando os protagonistas e fornecendo o espaço institucional mais adequado aos propósitos de quem pretende vislumbrar os passos seguintes ao da superação dos obstáculos liminares à retomada do desenvolvimento, ora concentrados na conjuntura macroeconômica adversa.

Vislumbra-se, com isso, a promoção de estudos e a definição de projetos voltados ao desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, notadamente quanto à aspectos estratégicos e cruciais, como a retomada dos investimentos privados, o fortalecimento da competitividade sistêmica dos sistemas de produção estruturados no território estadual, a dinamização de regiões deprimidas, a eliminação de gargalos inibidores, o papel da ciência e da tecnologia, a relevância da educação, o apoio aos pequenos e micro-negócios e à consolidação de clusters, a identificação e dinamização das cadeias produtivas regionais, a adoção de estratégias para abertura de novos mercados e definição de ações para inten-

sificar as exportações, e muitos outros seriam abordados de modo privilegiado, tanto na perspectiva de serem mais bem incorporados pelo PPA, quanto com vistas a continuada evolução positiva daqueles indicadores que possibilitam aferir, com acuidade e precisão, os avanços da qualidade de vida da população.

Daí, a proposta de se criar o Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado do Estado de São Paulo, de caráter permanente, no âmbito da Assembléia Legislativa.

**Deputado Sidney Beraldo** *Presidente*

**Deputado Emidio de Sousa** *1º Secretário*

**Deputado José Caldini Crespo** *2º Secretário*

## ***Entidades que compõem o Conselho Consultivo do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado do Estado de São Paulo***

**ABIMAQ** Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

**ABIT** Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confecção

**ABNT** Associação Brasileira de Normas Técnicas

**ACSP** Associação Comercial de São Paulo

**ADVB** Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil

**AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BARRETOS**

**AMCHAM - SP** Câmara Americana de Comércio de São Paulo

**ANFAVEA** Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

**APAS** Associação Paulista de Supermercados

**APEOP** Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas

**APM** Associação Paulista dos Municípios

**APTA** Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios

**BANCO NOSSA CAIXA S.A.**

**BOVESPA** Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

**CEETEPS** Centro de Educação Tecnológica

**CEPAM** Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

**CETESB** Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

**CGT** Confederação Geral dos Trabalhadores

**CREA - SP** Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do  
Estado de São Paulo

**CRECI** Conselho Regional dos Corretores de Imóveis

**CUT** Central Única dos Trabalhadores

**DIEESE**

**FAESP** Federação Agricultura do Estado de São Paulo

**FAPESP** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

**FEBRABAN** Federação Brasileira dos Bancos

**FECOM** Federação do Comércio e SESC - Serviço Social do Comércio  
**FGV** Fundação Getúlio Vargas  
**FIESP/SESI E SENAI**  
**FIPE** Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
**FORÇA SINDICAL**  
**FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES**  
**GRUPO VOTORANTIM**  
**ICEX** Instituto de Estudos das Operações do Comércio Exterior  
**IDESA** - Instituto para o Desenvolvimento Sócio Ambiental  
**INSTITUTO AIRTON SENNA**  
**IPT** Instituto de Pesquisas Tecnologias  
**OCESP** Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo  
**SEBRAE** Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo  
**SECOVI** Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Comerciais e Residenciais de São Paulo  
**SEESP** - Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo  
**SIMPI** Sindicato de Micro e Pequena Empresa do Estado de São Paulo  
**SINAENCO** Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva  
**SINDICATO DOS CORRETORES DE IMÓVEIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SINDIPRON** Sindicato das Empresas de Promoção e Organização de Montagem de Feiras, Congressos e Eventos do Estado de São Paulo  
**SINDUSCON - SP** Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo  
**UNESP** Universidade Estadual Paulista  
**UNICAMP** Universidade Estadual de Campinas  
**USP** Universidade Estadual de São Paulo  
**UVESP** União dos Vereadores do Estado de São Paulo



## Secretaria Executiva do Fórum

REPRESENTANTES DESIGNADOS PELA MESA DIRETORA DA ALESP:

**Presidência:** *Marília Saraiva Campos*

**1ª Secretária:** *Cláudia Mônaco*

**2ª Secretária:** *Luiz Angelo Verrone Quilici*

**Secretaria Geral Parlamentar:** *Auro Augusto Caliman*

**Secretaria Geral de Administração:** *José Antonio Parimoschi*

**Procuradoria:** *Carlos R. de Alckmin Dutra*

**Instituto do Legislativo Paulista:** *Maurílio Maldonado*

**Serviço Técnico de Cerimonial:** *Carlos Takahashi*

**Coordenador da Secretaria Executiva:** *Antonio Carlos Gonçalves de Oliveira*

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**  
Instituto do Legislativo Paulista

**CONSELHO EDITORIAL**  
Andrea Muñoz  
Antonio Carlos Gonçalves de Oliveira  
Carlos Antonio Brandão  
Carlos Nunes da Costa  
Ester Aparecida Viana  
Gustavo Zimmermann  
Íris Kammer  
José Cavalli Junior  
Juliana Gaban Monteiro Multini  
Lia Baraúna  
Luis Carlos R. Pontes  
Marina Piazon Teixeira  
Mário Liboni  
Mário Serapicos  
Marisa F. Utiyama Kumagai  
Maurílio Maldonado  
Paulo Roberto Weffort de Oliveira  
Rinaldo Barcia Fonseca  
Rosana Moraes Martins  
Rovena Negreiros  
Ulysses Cidade Semeghini

**EDIÇÃO**  
Olívia Gurjão

**CAPA**  
Adriana Rocha

**EDITORAÇÃO, FOTOLITO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO**

**imprensaoficial**  
Rua da Mooca, 1921 São Paulo SP  
Fones: 6099-9800 - 0800 123401  
www.imprensaoficial.com.br

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO**



Instituto do Legislativo Paulista

Av. Pedro Álvares Cabral, 201  
Ibirapuera – instituto@al.sp.gov.br  
[www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)